

Director e Administrador
Albino Tavares

Editor
Maximino Abranches

Propriedade da Empresa
de Publicidade Colonial, L.ª

GAZETA DAS COLONIAS

Composto e Impresso
Rua do Seculo, 150

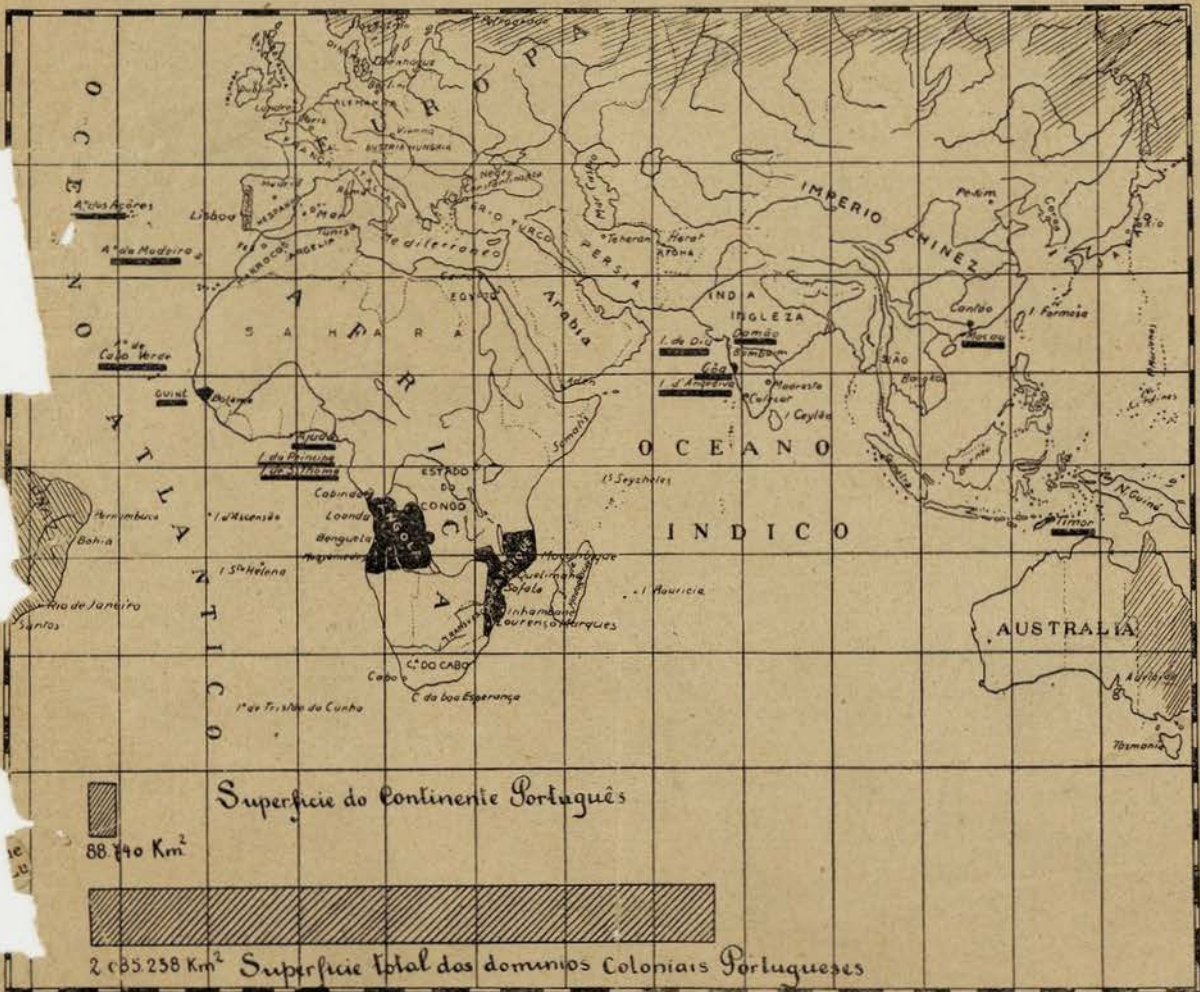
Publica-se ás 5.ªs feiras

Redação e Administração
R. Diário de Notícias, 44, 1.º

SEMANARIO DE PROPAGANDA E DEFEZA DAS COLONIAS

Toda a terra é patria para o forte

Lusiadas—C. XIII, Est. 63.ª



TERRITORIOS PORTUGUESES

O numero 2 da "Gazeta das Colonias,, publica -se-ha no dia 10 de Julho próximo, prosseguindo depois a publicação regularmente ás 5.^{as} feiras.

COLABORAÇÃO

No sentido de dar á discussão dos variados e complexos problemas coloniais a maior largueza e de originar fortes correntes de opinião favoráveis aos altos interesses coloniais, procura a «Gazeta das Colonias» conseguir uma larga colaboração, tanto na Metrópole como nas Províncias Ultramarinas, por parte de todas as entidades, que melhor conhecem os assuntos coloniais e que por isso mais decisivamente podem intervir no seu estudo.

Desde já, é a «Gazeta das Colonias» honrada com a coloberação dos Ex.^{mos} Srs.:

Albano A. Portugal Dorrão (antigo ministro), Maj. A. Cifka Duarte (Director da Aeronautica Militar), Dr. Alexandre de Vasconcellos e Sá (antigo ministro), Engenheiro Alfredo Augusto Freire de Andrade (antigo governador colonial), Dr. Alvaro Xavier de Castro (antigo governador colonial), Dr. Antonio Gonçalves Videira (Beira-Moçambique), Antonio José Pires Avelanoso, Alm. Antonio J. A. F. Pinto Basto, Dr. Antonio Pinto Teixeira (antigo governador de districto), Maj. Antonio Ribeiro de Carvalho (antigo ministro), Eng. Antonio Vicente Ferreira (antigo ministro), Dr. Armando Cortesão, Artur Tamagnini de S. Barbosa (antigo governador colonial), Aires de Ornelas e Vasconcelos (antigo ministro), Cap. Carlos T. A. dos Santos, Dr. Carlos Amaro (Capitão de Fragata), Carlos Pereira (antigo governador colonial) Eng. Carlos Roma Machado, Carlos Oscar da Silva, Eng. Carlos de Sá Carneiro, Alm. Carlos Viegas Gago Coutinho, Dr. Constantino José dos Santos (senador), Dr. Egidio Inso, Alm. Ernesto Julio de Carvalho e Vasconcelos, Dr. Fernando Emídio da Silva, Maj. Francisco C. Aragão, Eng. Francisco da Cunha Rego Chaves (antigo ministro), Maj. Francisco Pedro Curado, Eng. Francisco Pinto da Cunha Leal (antigo ministro), Heitor Eugenio de Magalhães Passos (inspector escolar) Ten. Cor. Henrique Sátiro Pires Monteiro, Cap. Ten. Henrique Monteiro Corrêa da Silva (antigo governador colonial), Dr. João Camoegas (antigo ministro), Cap. João Guilherme de Menezes Ferreira, Cap. João Luiz de Moura, Ten. Cor. João Maria Ferreira do Amaral, Dr. João dos Santos Monteiro, Eng. João Tamagnini de S. Barbosa (antigo ministro), Gen. José Augusto Alves Roçadas (antigo governador colonial), Maj. José A. de Melo Vieira, Dr. José Benevides, Dr. José Caeiro da Mata, Cap. Ten. José E. Carvalho Crato, Dr. José O. Ferreira Diniz, Maj. José Tristão de Bettencourt, Luiz de Menezes Bragança, (India), Luiz Moita, Dr. Manuel de Brito Camacho (antigo Alto Commissario em Moçambique), Dr. Manuel Fratel, Manuel Ferreira da Rocha (antigo ministro); Mariano Machado (antigo director da C. F. de Benguela), Dr. Roberto Bruto Costa (India), Paulino dos Santos Gil (Lourenço Marques), Tomé de Barros Queiroz (antigo ministro).

Espera a «Gazeta das Colonias», que independentemente de sollicitação especial, todas as colectividades do Ultramar, (com C. lhos do Governo, Municipalidades, Comissões de melhoramentos, Associações Comerciaes e Industriais, agremiações scientificas, ou de natureza), que tenham parte na valorisação dos novos dominios coloniais, lhe honrem as colunas com a sua opinião autorizada pelo local e inspirada no interesse que a nossa colonisação, por certo, lhes merece.

Aos coloboradores que lá honrarem o seu esforço, trabalhando pelo bom nome de Portugal, e cuja acção nem é conhecida, faculta a «Gazeta das Colonias», as suas colunas, onde serão gostosamente registadas as suas opiniões, a que a dura e árdua dá um alto valor.

A todos a Direcção da «Gazeta das Colonias» protesta o seu respeito e confia a realisação da obra que se propõe empreen qual não poderá ter mais que uma modesta participação.

SECÇÕES

É facilmente explicavel que não possamos, já de inicio, abrir todas as secções que tencionamos incluir na Gazeta das Colonias

Entre ellas figura a de «Estatistica Colonial», a que dedicaremos um especial cuidado, atenta a importancia que lhe attribui Para tornar essa secção tão proveitosa quanto possível, fazendo de'a uma base segura para o estudo da actividade colonial, além dos dados que solicitamos, aceitaremos, com prazer, quaisquer outros que nos sejam fornecidos sobre: produção, cotação de produtos, cultivadas, mão de obra empregada, g^o do, exportação, importação, etc.

A hygiene colonial tem igualmente um lugar na «Gazeta» procurando-se em algumas considerações ligeiras romper com certos processos prejudiciaes, difundindo o conhecimento de algumas medidas de profilaxia, indispensáveis a quem vive nas colónias ou a elle se destina

Outras secções serão criadas e desenvolvidas dentro das possibilidades da «Gazeta» atendendo-se sempre aos fins que esta se propõe realizar — *propaganda da nossa colonisação, constantemente aperfeçoada, pela introdução dum maior espirito scientifico em toda a acção colonial, quer colectiva, quer particular.*

AGENCIAS

A Gazeta das Colonias tem já definitivamente estabelecidas as seguintes agencias:

Para a Provincia de Angola — A Empresa de Publicidade «Angola», Limitada.

Para a Provincia de Moçambique. — *Lourenço Marques*: Ex.^{mo} Sr. Roque Ferreira (com acção nos distritos de Gaza, Quelimar Tete). *Moçambique*: Ex.^{mo} Sr. Antonio Fernandes da Silva. *Inhambane*: Ex.^{mos} Srs. A. Cruz, Limitada. *Manica e Sofala*: Ex.^{mo} Sr. I Pereira Eduardo.

Nas restantes provincias: agencias provisórias.

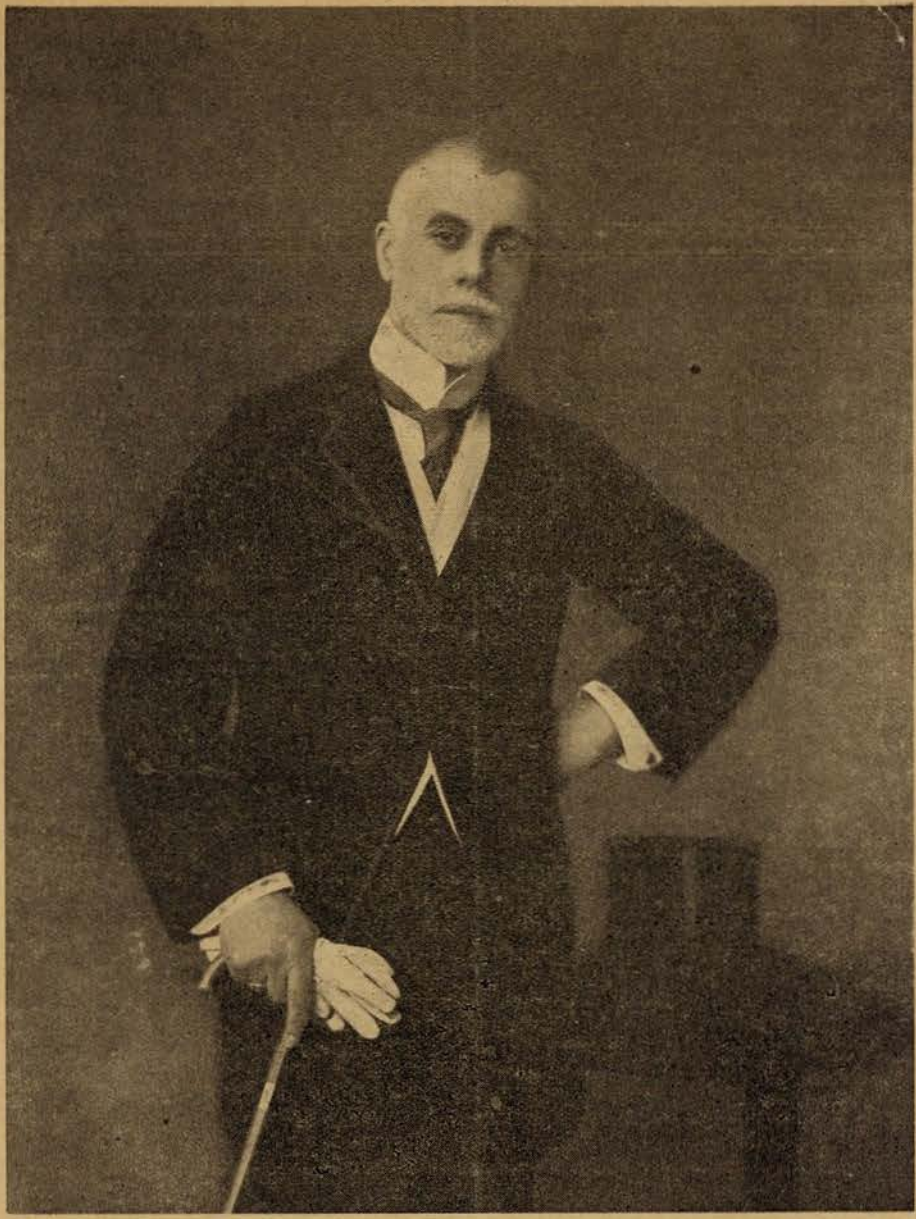
Assinaturas e Anuncios

Tratam-se nas Agencias e na Administração: Rua do Diario de Noticias, 44-1.º — LISBOA.

Pede-se ás pessoas a quem seja enviada a Gazeta das Colonias e que não sejam assinantes, a fineza de devolver este numero á Administração.

Compro

-6. MM 2010



SUA EXCELENCIA O. CHEFE DO ESTADO

De uma fotografia "amavelmente" cedida por Sua Excelencia á «Gazeta das Colonias»

Com sinceros votos de
afecção para a "Gazeta das Colonias" ficando
de coração + patriótico.
meus votos redobrados,
para esse seu diário.

proposto para o estudo
+ esclarecimento dos
nosso assunto colonias
e portanto para a resolução
dos problemas que
comportam
m. m. m. m. m.

Palavras do sr. Ministro das Colonias

NUMA epoca de larga disseminação de conhecimentos, como a actual, com surpresa se constatava que em Portugal, paiz de antigas tradições colonias, possuidor do terceiro imperio colonial, não existia uma publicação periódica que se dedicasse exclusivamente ao estudo dos assuntos coloniais. Por isso, com caloroso aplauso vi nascer, tomar corpo e tornar-se em realidade a ideia do lançamento da *Gazeta das Colonias*.

O progresso material das nossas colonias, se bem que protegido pelo Estado, só depende da actividade particular, quer aproveitando o solo nas culturas que lhe forem proprias, quer utilizando as riquezas que jazem adormecidas no seu sub-solo. Tanto para um caso, como para outro, bastos capitais são necessários.

Mas, para que o capital, por sua natureza timorato, abandone as suas habituais colocações, onde o rendimento poderá ser pequeno mas certo, necessita que uma propaganda constante lhe forneça o necessario incitamento.

A *Gazeta das Colonias* familiarizando os seus leitores da metropole com os assuntos referentes ás nossas colonias, estudando com proficiência, garantida pelos nomes dos

seus colaboradores, os problemas que lhe dizem respeito e, principalmente, pondo em destaque as suas

possibilidades economicas, desempenhará essa util e patriótica função, pelo que terá jus á gratidão do paiz.

O ministro
das colonias

Sr. Mariano
Martins

Duma fotografia publicada no "The African World", que a acompanha com palavras de merecido louvor



A MISSÃO QUE NOS IMPOMOS

DESDE que, por virtude da Grande Guerra, a Alemanha se viu despojada dos seus extensos dominios ultramarinos, Portugal tomou o terceiro lugar no grémio das Nações coloniais.

E' um logar que nobilita, mas é tambem um logar que obriga.

E' uma situação que chama sobre nós as atenções gerais, e que se atrai sobre a nossa acção as vistas imparciaes duns, pode atrair por parte doutros, vista turvada pela ambição.

Nem sempre lá fora é devidamente apreciado o nosso esforço de colonisação. Abstraindo da exiguidade dos nossos recursos, em homens e em dinheiro, pretende-se por vezes menoscar a nossa obra colonisadora.

Pois é indispensavel que se mostre clara e nitidamente, que essa obra é grande, considerada em absoluto, é formidavel se a relacionarmos com outras e ainda com os apoucados recursos de que temos disposto.

Essa propaganda da nossa acção colonisadora, é uma das missões que a si propria impoz a *Gazeta das Colonias*, que hoje sai á luz da publicidade, como soe diser-se.

Mas, se a obra de colonisação por nós já realisada nos nobilita, não quer isso dizer que ela esteja completa.

Ha que acompanhar o constante movimento da vida, e porque esse movimento é de progresso, temos que ir para deante.

Temos que romper com esse habito nosso, de vivermos excessivamente do passado; recordêmos com carinho os nossos maiores; que nos encha de orgulho o patrimonio que nos legaram; mas juntemos sempre a esse carinho e a esse justificado orgulho o respeito pelas obrigações que sobre nós impendem, pelo proprio facto de tanto termos.

E' indispensavel que, sem esquecer o passado, nos acatelemos no presente e olhemos sobretudo o futuro.

Complexos e numerosos são os problemas coloniais que carecem de urgente solução. Promover o seu estudo, a sua discussão calma e unicamente nortejada pelos interesses nacionais, é outra parte do programa de vida da *Gazeta das Colonias*.

Com a missão que assim fica delineada e que procurará realisar a bem não só dos nossos dominios territoriaes, mas tambem das nossas colonias de população, surge esta *Gazeta*, modesta como não podia deixar de ser, mas forte pelas boas vontades que conseguiu reunir á sua volta, e cheia de fé nos destinos de Portugal.

A animá-la a lutar contra as dificuldades que porventura surjam, o grande desejo de cumprir o que entende ser dever, e as generosas e incitantes palavras que Sua Excelencia o Chefe do Estado e o Sr. Ministro das Colonias se dignaram dirigir-lhe e que gratamente recordará sempre.

O "RAID" LISBOA-MACAU

Quando este numero da «Gazeta das Colonias» sair a publico, deve estar a terminar essa gloriosa viagem, com que os heróicos aviadores Brito Pais e Sarmiento Beires, a trilhada pelo dedicado e infatigavel mecanico Manuel Goiva, vem a inventar o brilho do Nome Português e abrir mais uma página da historia, ainda curta mas já cheia de sacrificios e de glória, que é a da nossa Aviação.

Com gente assim, Portugal não morre e se com os arrebatamentos de entusiasmo nos viesse a compreensão nitida e a convicção inabalavel de que a melhor forma de reconhecer e honrar feitos como os de Coutinho e Sacadura, e os de Brito Pais e Beires, é congregar todas as nossas vontades num sentido unico—a paz e o progresso da nossa Terra,— daríamos a Portugal a grandesa que lhe pertence pela sua Historia e pelas qualidades intrinsecas dos seus filhos, tantas vezes esquecidas em exatistivas desavenças, que nos levam o melhor das nossas energias, que nos dessoram e nos deprimem.

Que não deixemos isolados gestos patrioticos como os de Brito Pais e Beires, são os nossos votos; e para os bravos aviadores, com toda a nossa admiração, a maior gratidão pela empresa a que, para bem de Portugal, dedicaram a sua bravura e o seu saber.

DIVIDAS COLONIAIS

A cada manifestação de progresso, na civilização e na economia das colonias, corresponde sempre um novo alento na ideia fundamental de emancipação.

A aspiração da emancipação da tutela e da independência constitue um sentimento inato nos homens, como nas colectividades. Só os homens, e as colectividades, degradados moralmente, ou incapazes física e intellectualmente, não empregam esforços no sentido da sua emancipação. Sendo isto assim, como de facto é, não podemos extranhar que as nossas colonias, quando adquiram o desenvolvimento material, moral e intellectual indispensavel, pensem e pretendam a sua emancipação politica.

Os povos civilizados só podem pretender ter colonias por duas razões fundamentais: para difundirem a civilização da sua raça e para alargarem a esfera da sua acção economica em beneficio proprio e da humanidade. Os povos que tem ou pretendem ter colonias apenas com o objectivo da sua exploração economica, sem nenhum ideal grande a servir de estimulo á sua acção, sem o objectivo nobre de difundirem os principios moraes e scientificos da sua raça, sem o elevado desejo de porem em contacto com a civilização do seu tempo os povos atrasados, sem a aspiração de prepararem esses povos, e os paizes que elles habitam, para partilharem e cooperarem no progresso da humanidade, não são povos colonisadores; são povos exploradores; uma especie de *soute-neurs* dos povos fracos.

Uma colonia, para um povo colonizador digno deste nome, deve ser tratada como se tratam as creanças; criam-se, educam-se, prepara-se-lhes o caracter, ensinam-se.

Quando as colonias, como os filhos, começam a sentir que existem, que tem vida propria; quando jul-

gam que são capazes de, por um esforço proprio, realizarem o seu objectivo, começam a pensar e a preparar a sua emancipação.

A principio, timidamente, reclamam o direito de colaborarem na administração; vencido este primeiro passo reclamam a sua autonomia administrativa; obtida esta, preparam-se para a sua emancipação, para a liberdade politica, para a sua completa independência.

E' um fenomeno social repetido muitas vezes e que se repetirá enquanto, houver povos subjugados por outros. E', por isso, logico, humano, certo e inevitavel que as nossas grandes colonias, dentro d'um prazo mais ou menos largo, reclamem e obtenham a sua independência. Não temos que extranhar essa justa aspiração; devemos mesmo contar com ela.

Cumpra-nos, porem, conduzir as coisas por modo que não só possamos ser os juizes da oportunidade da realisacão d'essa aspiração, mas que ela se faça em condições taes que entre a antiga metropole e o novo paiz haja as mais amistosas e cordaes relações.

Uma das maneiras de estabelecer essas relações consiste na liquidação de contas por modo claro e indiscutivel. As boas contas fazem os bons amigos.

Portugal tem empregado grandes somas de capitaes em trabalhos uteis, e necessarios, para a valorisacão das riquezas das suas colonias.

Nunca houve no nosso paiz o criterio de estabelecer contas especiais, com continuidade, para cada serviço ou obra, nem mesmo para cada districto ou colonia.

Não ha, por isso, contas estabelecendo a situação de cada colonia em relação á metropole, tanto das quantias que esta tem empregado em obras, melhoramentos, estradas, caminhos de ferro, portos, correios, te-

mentos, edificios, etc., como das quantias ou valores que essas colonias temham pago por conta da metropole ou abonado a outras colonias por ordem e conta do Estado.

No entanto, não só como metodo d'arrumação de contas como preparação dos meios de liquidacões futuras, e necessario apurar o que cada colonia deve á metropole ou tem a naver d'ela; que os saldos, devedores ou credores, sejam inscritos nas contas de cada colonia, depois de devidamente reconhecidos, e que os encargos ou juros, respectivos, sejam incluídos nos seus orçamentos.

Julgo necessario que se determine por um estudo consciencioso, qual a parte da divida portugueza que foi utilizada em beneficio das colonias que com ela se constitua a *divida colonial*. Cada colonia ficaria devedora da parte que em seu beneficio tivesse sido empregada. A metropole ficaria credora de todas elas ate ao momento em que resolvesse emitir titulos representativos do seu credito e os vendesse.

E' claro que não pretendo forçar desde ja todas as colonias a suportarem os encargos da parte da divida portugueza que foi empregada em seu beneficio, mas pretendo regular uma situação que pode ser causa de graves conflitos quando essas colonias se emanciparem.

E' humano, é logico, é mesmo fatal, que as colonias que tiverem condições de vida propria aspirem e conquistem a sua emancipação; mas não é logico que as grandes despesas feitas pela metropole nas colonias em obras reproductoras de riquezas sejam suportadas por nós e utilizadas por elas.

Penho o problema. Interessa por igual aos coloniaes e aos metropolitanos. Que uns e outros ponderem o que aqui se diz e o que se não diz por desnecessario.

Barras Queiroz.

CONGRESSOS COLONIAIS

POR iniciativa da Sociedade de Geografia de Lisboa, realisou-se em maio o 2.º Congresso Colonial Nacional. O 1.º tinha-se efectuado em 1901, isto é, há 23 anos.

Sem que nos anime o menor intuito de censura, não podemos deixar de notar esta circumstancia, que em nosso entender constitue uma prova da indiferença a que os assuntos coloniais têm estado votados entre nós.

Portugal, com um dominio colonial de mais de 2.000.000 de quilometros quadrados, a que estão ligados os mais altos interesses nacionais e onde muitos milhares de portugueses estão dispendendo o melhor da sua energia; Portugal que tem por esse mundo dezenas de milhares de filhos, grupados em colonias livres, que são parcelas importantissimas da nossa nacionalidade, realisa o seu 2.º Congresso Colonial 315 anos depois de estabelecer definitiva e regularmente o seu dominio, na colonia onde mais tardiamente esse dominio se fez sentir.

E a par disto, em Portugal realisam-se, em cada ano, congressos ás dezenas...

Dirá alguém talvez que, sendo, por via de regra, nulos os resultados dos congressos, melhor será que estes se não realisem, por serem uma inutilidade.

Sem contestar a falta de eficiencia da maioria dos congressos, não deixaremos, porém, de dizer que ela não constitue, não pode constituir, a regra geral. Nações, em que toda a actividade é inalteravelmente pautada pelo mais rigoroso senso pratico, em que o tempo,—sendo considerado dinheiro,—não pode ser gasto inutilmente, orga-

nizam os seus congressos e isso nos leva a crer que alguma feição-prática lhes atribuem e que alguma coisa de util conseguem como sua resultante.

Em Portugal mesmo, seria desvirtuar a verdade dizer-se que nenhum congresso conseguiu produzir trabalho util; ainda, quando menos produzam, permitem um balanço ás forças que, pela sua applicação e orientação, podem agir em determinado sentido.

Os congressos não são, em regra, uma inutilidade desde que para eles haja uma razão de ser, que tenham uma organização lógica e que contem com o reconhecimento, com o interesse e com o apoio das estações a quem devem ser dirigidos os seus votos, entregues as suas aspirações.

Estas são, em nosso entender, as condições de eficiencia dos congressos; uma vez realisadas necessariamente elles produzirão algum resultado util.

No que respeita particularmente aos congressos coloniais, não lhes falta razão de ser, num paiz que é a terceira potencia colonial e que, como tal, tem sobre si a pesada responsabilidade de orientar a constante evolução de extensissimas regiões, no sentido progressivo.

E porque assim é, muito convém que tais congressos se realisem, com uma organização que interesse, com uma propaganda que quebre a condenavel indiferença do nosso meio social e sobretudo com o reconhecimento e o apoio dos governos, a quem devem ser entregues os seus resultados.

Os trabalhos desses congressos podem, segundo cremos, ser tão valiosos para a administração colonial, que vamos até ao ponto de pensar que, sem

esperar que a iniciativa particular os promovesse, deveriam os governos convocá-los, como fontes de correntes de opinião, seleccionada pelo estudo; como meio de conhecer os legitimos interesses colectivos; como subsidios, enfim, para uma boa governação, difficil de realizar apenas pelo exclusivo critério de quem governa, que é fallivel, ou ainda pela influencia da opinião dum numero restrito de entidades, que por vezes poderão atender mais a interesses particulares, do que ao beneficio da colectividade.

Que esses congressos se realisem, pois, e que entrando num periodo de maior actividade procuremos compensar a inércia em que nos mantivemos durante 23 anos e que a Sociedade de Geografia de Lisboa rompeu com a sua iniciativa, pelo que bem merece de todos os que, interessando-se pelas colonias, pugnam pelo decóro de Portugal.

Que os governos liguem a esses congressos o seu interesse, como succedeu no que se realisou ultimamente, a cujas sessões assistiu sempre com uma louvavel sollecitude o sr. Ministro das Colonias, e que ao receberem os resultados dos seus trabalhos, os tomem na consideração que lhes devem merecer, como sendo a expressão de intenções honestas, servidas por um estudo cuidadoso.

Oxalá que assim seja...

♦ ♦ ♦

Procuraremos dentro das nossas possibilidades dar a maior publicidade aos trabalhos do Congresso, a que faremos as merecidas referencias.

A India no 2.º Congresso Colonial

A India, numa nitida compreensão da necessidade que ha, de estreitar, por todas as formas, as relações entre as Colónias Portuguesas e a Metrópole, não deixou passar o 2.º Congresso Colonial, sem que nele se fizesse representar por dois delegados seus, os Ex.^{mos} Srs. Luiz de Menezes Bragança vogal do Conselho do Governo e Dr. Roberto Bruto da Costa, ambos brilhantes jornalistas.

E' para registar esta attitude e tanto mais quanto é certo que, infelizmente, foi unica, pois que as outras Provincias Ultramarinas, ao que nos consta, não tiveram no Congresso qualquer representação.

Para a India vão pois as nossas

homenagens, aos seus ilustres representantes, aqui apresentamos os nossos cumprimentos.



Sociedade dos Amigos do Jardim Colonial

Numa das sessões do 2.º Congresso Colonial Nacional, surgiu como levantado protesto contra as pretensas intenções de extinção do Jardim Colonial, a ideia da criação duma Sociedade que para si tomasse o encargo de promover o desenvolvimento das instalações já existentes.

Tal ideia foi acolhida e começada a realisar com um entusiasmo, que nos permite augurar-lhe bom termo.

Em nosso entender deve precau-

par-nos a pretensão de melhorar o pouco que temos, extinguindo-se apenas aquilo que constitue claramente uma inutilidade dispendiosa; e isto está longe de acontecer no caso do Jardim Colonial que, comquanto insufficientemente dotado, sempre vai prestando serviços que já são valiosos, como muito bem salientou o illustre Congressista Sr. Dr. Nogueira de Lemos, e que muito mais valor podem ter desde que sejam melhoradas as condições de vida daquele instituto.

Benvinda seja pois a «Sociedade dos Amigos do Jardim Colonial», que constitue uma fórmula pratica de conciliação do estado do tesouro publico com as necessidades impostas pelo progresso que justamente desejamos e que, só com muita mágua, veremos sacrificar ás exigencias economicas.

Cabo-Verde

A SITUAÇÃO DA PROVINCIA

O arquipélago de Cabo Verde, mercê, em parte, da sua situação geográfica e do absoluto abandono a que foram votadas a sua agricultura e indústrias, portos marítimos, vias de comunicação terrestres e demais elementos de indispensável aproveitamento económico, não podia deixar de vir acusando um agravamento sucessivo do mal profundo que ha seculos o veem corroendo, mal que, exteriorizando-se nas mortíferas crises alimenticias que lhe dizimavam a infeliz população, atingia todos os órgãos essenciais á vida, todos os primaciaes factores de diversa produção.

Contra o caminhar rápido do flagello que ameaçava tudo, tentei, desde que ha 13 anos venho representando Cabo Verde no Senado da Republica, erguer por meio de diplomas legislativos de caracter fundamentalmente proteccionista, uma barreira para opôr ao caminho da ruina e de perdação. Em luta com uma aguda crise financeira e assoberbada por preocupações que o problema da ordem publica tomava, não podia a Metropole, embora assim o quizesse, subsidiar fartamente as obras de fomento em que assentava, todo o plano de transformação económica de Cabo Verde. Era, pois, preciso contar com os recursos próprios da colonia, dessangrada na sua população valida pela mortandade das crises e pela emigração, e exausta de recursos pelos encargos resultantes de longos anos de escassez de receitas publicas.

Esses recursos existiam—o importante rendimento das taxas de transitio dos telegramas—mas, tendo sido votada na Parlamento em 1914 a autonomia financeira das colonias, e attendido um projecto meu de 1912, que con-

signava a Cabo Verde 50 % de tal rendimento, impossivel foi, até há bem pouco, conseguir que a Direcção Geral dos Correios e Telégrafos se resolvesse a efectuar uma tal partilha, que, quando feita em devido tempo, teria evitado a perda de milhares de vidas, que tantas foram as que em Cabo Verde foram deshumanamente ceifadas pela fome.

Na luta que travei no Parlamento,



O senador por Cabo Verde
SR. AUGUSTO VERA CRUZ

na Imprensa, nas Secretarias d'Estado para conseguir para a minha colonia natal o rendimento que o Poder Legislativo justamente lhe consignára, tudo empenhei, inclusivé o meu lugar de senador, que cheguei a resignar em 1919, desgostoso com as dificuldades suscitadas caprichosamente, ao simples e comedido cumprimento da Lei; mas de todo esse trabalho e de todos esses desgostos me acho hoje sufficientemente compensado porque Cabo Verde, assegurado os recursos para a grande obra da sua reconstituição económica, só espera, para ser prospero e feliz, que o Governo Provincial applique tais recursos em melhoramentos de indiscutivel utilidade, tais como: a

adaptação do magnifico Porto Grande de S. Vicente ás suas naturais funções de avantajado competidor dos de Las Palmas e Dakar; dotação dos portos da Praia e da Furna, na ilha Brava, com os melhoramentos de que carecem para o desempenho do papel que lhes cabe na economia do Arquipélago; captação e aproveitamento das aguas correntes existentes, de modo a torná-las o factor essencial do alargamento das zonas agricultaveis; auxilio apropriado a todas as indústrias locais que, ocupando braços e remunerando capitais, provoquem o desenvolvimento de iniciativas e criação de riquezas; emfim, a utilização prática e metódica de todos os recursos naturais da colonia, libertando-a para sempre do vexame da esmola.

A testa da administração da Colonia encontra-se hoje, um homem novo, inteligente, de energia e boa vontade; —o Governador dr. Julio d'Abreu,—sendo legitimo esperar que a sua acção benéfica se faça sentir em Cabo Verde, que tanto carece do devotado carinho dos seus dirigentes, do amor patriótico dos seus governantes.

Da sua proficua acção confio eu tambem a melhoria da situação da minha terra natal, a que tenho votado todos os meus esforços e a que tenho sacrificado todo o meu socego e interesses pessoais, e oxalá que esta minha esperanza, final da minha vida politica, aviventando-se com a efectivação gradual de um vasto plano de fomento, se transforme nessa realidade deslumbrante que, assegurando de vez a prosperidade dos meus irmãos de Cabo Verde, acrescente mais um florão de gloria á nossa mãe Pátria—Portugal.

AUGUSTO VERA CRUZ

— AGENCIA FOX —

Secção d'investigação policial particular, vigilancia e informações comerciaes
Secção de turismo organizada nos moldes modernos, encarrega-se de alojamentos nos hoteis do Paiz, passagens, passaportes, transporte de bagagens, etc.
Unica no genero no Paiz. Referencia: bancarias e comerciaes
R. S. Paulo, 55, 3.º—LISBOA End. teleg. FOX

SEGUROS
«PORTUGAL PREVIDENTE»
A MAIOR GARANTIA
Maritimos (condição inglesa F. S. R.)
Locais, Ferrestres
e Vida (todas as combinações)
SEGUROS EM LIBRAS
Rua do Alecrim,
10—LISBOA

A VIDA DE CABO-VERDE

o que tem sido e o que deve ser

A primorosa situação geográfica do arquipélago de Cabo Verde, se de ha muito tivesse sido aproveitada convenientemente, deveria ter-lhe trazido grandiosos benefícios, que hoje se traduziriam em um maior bem estar e conforto da sua população, em um maior progresso da colônia e porventura em um mais lato e grandioso desenvolvimento comercial, economico e financeiro.

Situado no Oceano Atlantico, em um espaço que fica entre as longitudes oeste de 22°, 45' e 26°, 22' e latitudes norte 17°, 13' e 14°, 47', a meio da linha recta que vai de Lisboa a Pernambuco e a cinco dias de viagem de cada um desses grandes portos de escala, esse arquipélago deveria ser a etapa forçada de quasi toda a navegação entre a Europa Occidental e a America do Sul e ainda de uma grande parte da que se dirige para a Africa do Sul.

Possuidor de um belo, amplo e abrigado porto na ilha de S. Vicente, onde pôdem entrar confiadamente e a qualquer hora, os maiores transatlânticos e navios de guerra; porto que pela sua estrutura natural é a admiração de quantos ali vão e no qual a natureza foi largamente prodiga sob todos os pontos de vista, sem que a obra dos homens em nada corrésonda á magnificencia da natura, o arquipélago, apesar de tudo, tem encontrado nesse porto, quer directa, quer indirectamente, uma das suas maiores fontes de riqueza e uma larga porta, pela qual tem visto passar, em brilhante kaleidoscopia, todas as civilisções mundiais.

A população do arquipélago etnicamente provinda de varias origens, constitui actualmente um tipo especial, inconfundível, com características proprias e qualidades nativas que a distinguem e cuja illustração e civilisção atingiram já um grau elevado que a honram, honrando tambem a mãe patria nas suas historicas manifestações de pais colonizador.

Pais essencialmente agricola, todas as suas energias, todas as suas manifestações de actividade andam essencialmente ligadas á agricultura, cujas vicissitudes influem grandemente na sua existencia material e moral, constituindo como que o barometro afeccionador da sua maior ou menor riqueza social.

Não é, por certo, nas regiões do litoral, na sua maioria escalvadas e adus-

tas que um extranho poderá ajuizar do valor do arquipélago, das suas faculdades, da sua riqueza intrinseca.

E' lá dentro nos seus profundos vales, verdejantes e rumorosos ou ainda nos planaltos e encostas, que o indigena, durante largos anos tem trabalhado, atravez de muito sofrimento, de muita tenacidade, de muita esperanca, tantas vezes desvanecida; é lá nessas lindas ribeiras, entre as alterosas montanhas, nos corregos, nos socalcos, ondê tudo está aproveitado avaramente, porque a terra é pouca; é lá, vendo atravez dessas penedias, cortadas por extraordinárias e precipuosas levadas, a agua corrente, fomentando a seiva mater que a terra contem; é lá vendo a labuta torturante desses filhos das montanhas, guindados ás serranias, alcantilados nos picos, serpeando os invios e maquiavelicos trilhos que cansam a vertigem dos abismos; é lá que se pôde apreciar o valor desse arquipélago, tão atormentado pela sorte, mas tão estimado e adorado por seus filhos.

Uma como que suave magia brota de cada uma dessas montanhas e se vai enraizar na mente e no coração de todos os caboverdianos, tão indelevelmente, tão perenemente, tão fundamentalmente, que eles, por mais afastados que estejam da sua terra natal em tempo e espaço, jamais a esquecem na sua mente, jamais a deixam de ter no seu coração.

Magia santa, effluvio divino, que a todo o instante põe em comunicação com a sua adorada terra, o nauta no mar, o emigrante nas regiões longiquas, o estudante na metropole.

Essa magia é aquela que aos ouvidos do caboverdiano vibra quando ouve o canto caracteristico e tradicional da sua terra—a morna—essa canção dolente e ritmica, que em si contém a quentura dos tropicos, a dolencia da brisa e o rumorjar da vaga atlantica de encontro aos cachopos.

E' porventura essa suave magia, aquela vara de condão que empresta ao saboverdiano o excessivo amor ao trabalho, a corrección do seu pôrte e a previdencia economica, quando em países longiquos trabalha para angariar os meios de vida.

Mas se a situação do arquipélago, como dissémos, tem sido uma boa fonte de riqueza e no futuro ainda mais

o será, essa mesma situação é tambem a primordial causadora de grandes males que sôbre êle tem pesado, por vezes tão angustiosamente.

Situado o arquipélago na zona dos ventos alizados e na zona das sécas, aqueles soprando durante oito meses do ano, de Novembro a Julho, dão origem aos ventos de N E, vulgarmente chamados — brisas — mas que bastas vezes tomam o caracter de furacões, tufados de intensidade e velocidade, arrasando e crestando toda a vegetação que estiver sob o seu dominio, causa determinante da aridez das encostas do litoral e de muitas regiões planalticas, esta causando periodicamente faltas parciais ou totais de chuvas e concomitante a falta de mantimentos essenciais ao arquipélago nas regiões de regadio e mui principalmente nas de sequeiro, de onde resulta a fome, a crise pavorosa que mata ás centenas, aos milhares os filhos dessa pobre terra.

Crisis terríveis, elas aparecem de tempos a tempos, em anos não muito afastados, por vezes com uma intensidade pávida, que cercêa a população deixando atraz de si a miseria, a desolação e a dôr espalhadas por essa colônia, tão merecedora de melhor sorte pela indole pacifica e boa dos seus habitantes, pelo seu arduo e afanoso trabalho, pela sua fé que jamais se alquebrou em tantos anos de infortunio e desolação.

Muito teríamos a dizer sobre as crises de fome que assolam periodicamente a provincia de Cabo Verde, mas a ocasião não é asada para tal fim.

Por agora limitar-nos-emos a lançar mais uma vez o nosso brado de indignação ao verificar que ainda hoje, volvido já o seculo das luzes e em pleno seculo da telegrafia sem fios, do aeroplano, do submersivel e de tantas outras sublimes conquistas da sciencia, que em um abraço grandioso e magestoso ligam e aproximam todos os povos da terra, ha ainda um pequeno arquipélago, situado a cinco dias de viagem da Europa, onde morrem em poucos meses, milhares de seres á fome.

Culpas do passado? Culpas do presente? Seja como for é profundamente lamentavel que esses tristes factos aconteçam.

Cabo Verde, como todos os outros países, tem tambem os seus problemas, que necessitam de pronta resolução.

Problemas de maior ou menor complexidade, todos eles tem de ser resolvidos no sentido de dar a Cabo Verde, aquele bem estar que é a aspiração de todas as sociedades cultas, aquela certeza de não mais ter que sofrer no futuro, os males que no passado se assinalaram por uma mortandade incruenta e por sacrificios e miserias brutais.

E' esse o grande, o inadiavel dever dos futuros governantes. Basta de inercia, basta de insensatez, incompetencia e até desvarios.

E' a hora de traçar uma segura orientação e de a seguir sem hesitações, sem tibiezas, derrubando os obstáculos e defendendo os bons principios. Depende disso o futuro da colonia e em parte o bom nome de Portugal.

E a hora que vai correndo é altamente propicia para iniciar esse desideratum, essa grandiosa aspiração de todos os caboverdianos, de todos os portugueses em geral.

Efectivamente a colonia de Cabo Verde, pôde em breve contar com poderosos recursos, que lhe permitirão folgadoamente realizar essa aspiração de sempre.

Esses recursos consistem no rendimento anual das taxas terminais e de transito dos cabos telegraficos submarinos que já amarram ou vão amarrar na ilha de S. Vicente e o rendimento, que em breve virá, das taxas da Grande telegrafia sem fios.

Recursos vastos, poderosos que á colonia, sem contestação alguma pertencem, esses recursos tem o condão de desanuviar a atmosfera de sofrimento e de miseria, que ha tantos e tantos anos, cada vez mais densamente, vinha rodeando a provincia, trazendo á desesperança em melhores dias.

A ilha de S. Vicente é ha muitos e muitos anos a sede de uma poderosa e vasta estação de telegrafia por cabos submarinos, pertencente á companhia inglesa The Eastern Telegraph, estação que liga, por meio de uma vasta rede de cabos a Europa, á America e á Africa. Em virtude da sua situação natural, por ela transitam a maioria dos telegramas que circulam entre esses grandes continentes, dando por isso um rendimento colossal á companhia, pagando esta ao Estado, determinadas taxas, prefixadas em contratos que pelo seu volume, constituíram sempre um valioso rendimento.

Na legislação portuguesa, está claramente consignado desde 1914, que 50 por cento desse rendimento pertencem á colonia e o restante á metropole, mas devido á intervenção inoportuna, ilegal, despotica e cheia de sofismas da Administração Geral dos Correios e Telegrafos da Metropole, nada ou qua-

si nada Cabo Verde, recebera até ha poucos meses, desse caudaloso rendimento, porque aquella Administração, aproveitando a sua antiga situação de intermediaria com a companhia inglesa, se tem locupletado com o total dos rendimentos.

Apesar dos protestos, das reclamações de ministros, governadores, senadores e deputados; apesar de todas as diligencias empregadas por quem de direito para resolver esse conflito, fazendo entrega á colonia o que lhe pertencia; apesar de Cabo Verde, ter suportado nos ultimos anos, desde 1919, uma pavorosa crise, vendo morrer de fome, aos milhares, os seus filhos, tendo até de recorrer á Caridade publica, exausto como estava de recursos e cheio de miseria, a Administração Geral dos Correios e Telegrafos, intrincheirada no seu egoismo e na sua

MANTUA, Ltd.



29 a 37
Calçada de S. Francisco
LISBOA

arrogancia, resistiu durante muitos anos a todas as solicitações, a todos os protestos, assistindo indiferente, insensível ás cruciantes miserias e sofrimentos que assolavam Cabo Verde.

Quando de toda a parte, de Portugal, do Brazil, da Argentina, da America do Norte se levantava uma forte corrente de amparo e protecção á colonia, essa Administração Geral, com o coração fechado á dor humana, locupletava-se com o total dos rendimentos das taxas telegraficas, não se contentando com a parte, bem valiosa, que a lei lhe consignava.

Só agora, forçadamente, vencida nos seus ultimos entrincheiramentos, só agora, ha poucos meses, ela foi obrigada a entregar á colonia, a parte que inofismavelmente lhe pertence, desses avultados rendimentos.

Tal rendimento, sempre avultado, tomou actualmente fabulosas proporções, mercê da valorisação do franco-ouro, que no ano corrente, para o pagamento das taxas telegraficas é fixado em sete escudos.

O primeiro pagamento feito pela Administração Geral dos Correios e Tele-

grafos, ao Ministerio das Colonias, por conta e á ordem da provincia de Cabo Verde, relativo aos meses que decorrem de Dezembro de 1921 a Outubro de 1922, orçou por 1.900 contos com a valorisação do franco a 1\$40.

As anuidades seguintes, segundo os melhores calculos, subirão a nove ou dez mil contos, que por certo irão desanuviar aquella carregada atmosfera, a que atras aludimos e que ano a ano, dia a dia se ia adensando em volta da colonia, como que a pretender sufocalla e aniquilla-la.

Em breve tambem, amarrando o cabo, derivado de uma recente concessão feita a uma companhia italiana, esses rendimentos serão aumentados de uma grossa quantia anual, que nunca será inferior a 1.300 contos.

Tambem em poucos anos teremos estabelecida a grande rede de Telegrafia sem fios, concedida á companhia Marconi, que por certo deverá produzir avultadas rendas, como é natural inferir pelos grandiosos resultados obtidos com essa maravilhosa conquista da sciencia.

E assim, essa colonia, até hoje considerada pauperrima e de situação periclitante, apresenta-se-nos neste momento, como devendo ser uma das mais ricas, devido ao intelligente aproveitamento da sua posição geografica.

E' porventura a Providencia, que após quatrocentos anos de escravidão, de miséria e de sofrimentos sem nome, estende por sobre essa colonia, as suas azas protectoras e dá aos seus filhos aquella esperança de progresso, de bem estar, de conforto a que tem o maximo direito, pela sua indole, pela sua civilisação e pelo seu honesto trabalho, no decorrer de tantos seculos.

Oxalá que essa catadupa de ouro que vai cair sobre Cabo Verde, seja aproveitada e administrada com aquela firmeza, intelligencia e competencia que nesta conjunctura tanto se faz mister, para beneficio da colonia e do pais.

E' este o voto o mais sincero, o mais ansioso, o mais frenetico que um filho humilde da Colonia de Cabo Verde, faz no sentido de ver essa colonia entrar desassombadamente, no caminho do seu progresso e do seu desenvolvimento, afastando para a antiguidade da historia, para os arcaismos dos contos á lareira, a tragedia das crises de fome que tanto tem afligido o povo caboverdiano.

Em outros artigos posteriores, se a direcção desta Gazeta das Colonias, me continuar a dispensar a amabilidade de receber os meus fracos escritos, eu abordarei outros graves problemas de Cabo Verde, por todos os motivos interessantes, utels e oportunos.

VIRIATO DA FONSECA

OS LUSIADAS

e a politica colonial portuguesa

E' difficil dizer se ao espirito de Camões acudiu, ao fazer essa grande obra humana e universal que são «Os Lusíadas», um problema que tantas vezes tem sido posto em Portugal como noutras nações europeias: o de ser preferível fazer da Africa, em detrimento das terras de outras partes do mundo, o eixo da nossa politica colonial.

Talvez não seja no entanto excessivamente forçado o descortinar nalguns passos desse monumento sem par,—que procura acima de tudo pôr em relevo o triunfo do português forte sobre a indomita e ignorada natureza,—certo pendor ou simpatia do poeta para o dominio e colonização africana. E daí o ter sido Camões, entre os valores mentais do seu tempo, um dos que mais fortemente actuaram no animo do moço D. Sebastião, no sentido de se tornar uma realidade essa cavaleiresca expedição, que desventurosamente foi desbaratada nos areais adustos de Alcazer Quibir.

No primeiro canto dos «Lusíadas» D. Sebastião é chamado pelo poeta:

nov temor da Maura lança
Maravilha fatal da nossa idade

O moço rei era como que um presente abençoado do Destino enviado por Deus ao mundo.

Para do mundo a Deus dar parte grande

Camões tem no futuro monarca as maiores esperanças: confia em que D. Sebastião ha-de triunfar dps seus inimigos, estejam eles em que parte do mundo estiverem:

—Vos; que esperamos juço e vituperio
Do turco Ismaelita cavalleiro
Do turco oriental e do gentio
Que ainda bebe o licr do sancto rio,

Mas na Asia ele entende que o moço principe deve vir a dominar os mares,—ao passo que na Africa lhe cumpre o dominio da terra:

Comecem a sentir o peso grosso
Que polo mu do toda faça espanto,
De exercitos e feitos singulares
De Africa as terras e do Oriente os mares,

O poeta está mesmo disposto a cantar os feitos do joven principe na conquista das terras africanas, que no final do poema presagia confiantemente:

Nem me falta na v da honesto estudo
Com longa esperienza mis'urado,
Nem engenho que aqui vereis presente,
Cousas que juntas se achão raramente.

Pera servir-vos braço ás armas feito;
Pera cantar-vos mente ás musas dada;
Só me falece ser a vós acceito,
De quem virtude deve ser prezada.
Se me isto o ceo concede, e o vosso peito
Disa empreza tomar de ser cantada
— Como a presaga mente vaticina,
Olhando a vossa inclinação divina

Ou fazendo que mais que a de Medusa
A vista vossa tema o monte Atlante
Ou rompendo nos campos de Ampelusa
Os muros de Marrocos e Trudante;
A minha já estimada e leda Musa
Fico, que em todo o mundo de vós cante,
De sorte que Alexandro em vós se veja,
Sem a dita de Achilles ter enveja.

A sua inclinação ou simpatia parece efectivamente dirigir-se tanto para a conquista das terras de Africa, que começa por caracterizar o reino português pelas suas continuas guerras com as populações que a Africa habitam:

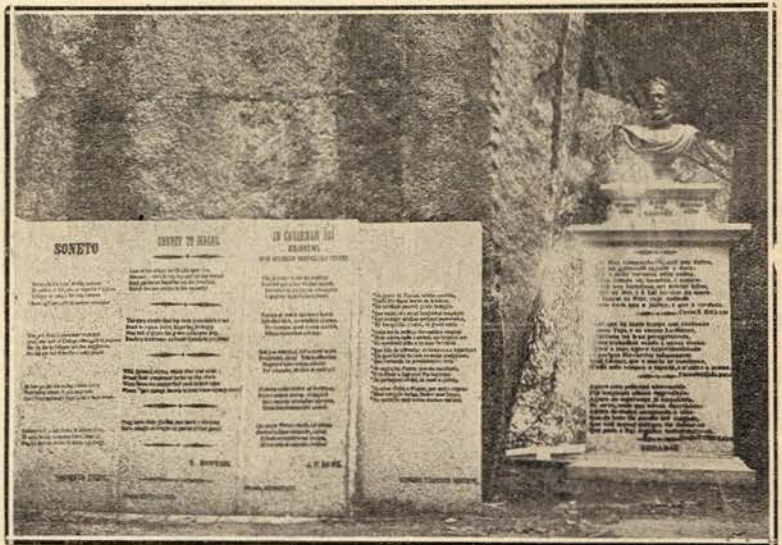
Este quis o Ceo justo, que floresça
Nas armas contra o torpe Mauritano
Deitando-o de si fora, e lá na ardente
Africa estar quieto o não consente

Não tens junto contigo o Ismaelita
Com quem sempre terás guerras sobejas
Não segue elle do Arabio a lei maldita,
Se tu polla de Christo só pelejas?
Não tem cidades mil, terra infinita,
Se terras e riquezas mais desejas?
Não he elle por armas esforçado.
Se queres por victorias ser honrado?

Deixas criar ás portas o inimigo
Por ires buscar outro de tão longe,
Por quem se despoee o reino antigo
Se enfraqueça e se vá deitando alongo
Buscas o incerto e incognito perigo
Porque a fama te exalte e te lisonge,
Chamando-te seuhor em larga copia
Da India, Persia, Arabia e de Ethiopia?

Em conclusão:

Camões, desejando como português da melhor tempera, que esse heroico moço D. Sebastião, que nasceu e cresceu entre jubilosos auspícios de monarquia universal, e depois caiu em Alcazer-Quibir, interpretando a vontade colectiva da Nação, da gente culta e de algo, como do vulgo sem letras e sem nome, fosse «juço e vituperio» de turcos levantinos e gentios gangeticos, parece querer no entretanto mais afinadamente que ele destrua o



A Gruta de Camões em Macau

E essa personificação do passado tradicionalistico e medievo, cuidadoso essencialmente do bem-estar material immediato, que é o honrado «velho daspeito venerando»

Que ficava nas praias entre a gente diz que é para as terras inimigas de ao pé da porta—que não para as distantes—que os homens de armas de Portugal devem ir ferir combates:

Torpe Ismaelita cavalleiro;

—a Africa, extensa, vizinha, rica, afigura-se-nos assim ser olhada pelo poeta como a conquista mais promissora para um povò sangrado por longas lutas na terra própria e na alheia, e pelos hórridos perigos dos

Mares nunca dantes navegados

João da Silva Correia

Guiné

É preciso fazer a propaganda da colonia

TANTO na massa anónima da população metropolitana, como, o que é muito peor, na grande maioria dos homens de Estado, de negocios, banqueiros, e agricultores, se *assentou* que a Guiné é uma colonia insalubre, rebelde, improgressiva.

Apesar da propaganda feita, não tem sido possível, até hoje, desfazer essa opinião que, como todas as opiniões em Portugal, se consolidou pelo... ouvi dizer.

E é tal a convicção que essa gente tem sobre a Guiné que gastando-se rios de dinheiro em estudos, em tentativas de explorações de colonias longinquas, como Angola, não se conseguiu ainda que uma pequena parcela desse dinheiro tivesse semelhantes aplicações nesta Guiné, que dista de Lisboa apenas 7 dias!

De vez em quando aparece alguém a prégear as riquezas da Guiné, a apontar, com dados insofismáveis, o que vale essa terra excepcional sobre todos os aspectos.

Prégear no deserto, ou pouco menos...

S. Tomé, Angola, Moçambique tem em Lisboa os seus propagandistas acreditados nos meios economicos e financeiros.

A Guiné, votada ao esquecimento até 1910, não tem aqui quem a represente, com autoridade dum largo passado, nestes desconfiados meios.

Nestas condições todas as iniciativas vão de encontro á rotina, perdendo-se na luta, contra esse monstro, o melhor das energias.

Num livro que publiquei em 1913 e que foi presente ao Congresso de Agricultura Tropical em Londres, nesse ano, provei, ao contrario do que em escritos varios disseram homens de Estado portugueses e franceses, que a Guiné era uma colonia de largo e assegurado futuro pela riqueza do seu solo, pela sua situação geografica e pelas aptidões dos seus habitantes.

Depois de mim e melhor do que eu, outros vieram confirmar as minhas opiniões.

Nenhum de nós fez retorica; demonstramos sim com as estatisticas, com os resultados obtidos pela applicação dos novos principios de administração colonial, o que afirmámos.

Pois apesar de tudo, ainda agora, no recente Congresso Colonial, o sr. Francisco Mantero na sua tese «A mão d'obra indígena nas colonias portuguesas» nos apresenta a Guiné de 1924, tal qual a descreveu no seu livro «A mão d'obra em S. Tomé e Príncipe» publicado em 1909, ha 15 anos!

Abro aqui um parentesis para dizer, com toda a sinceridade, que tenho pelo sr. Francisco Mantero a maior consideração, pelo homem e pelo infatigavel peoneiro de S. Tomé, por cuja colonia, quer sob o ponto de vista internacional, quer sob o ponto de vista nacional, tem pugnado duma forma superior a todos os elogios.

Apenas venho referir-me ao assunto porque não posso deixar passar em julgado (como já o fiz no Congresso) a ideia errada que sobre a Guiné tem, pessoa tão justamente considerada no nosso meio colonial, e que por isso mesmo pode trazer graves consequências para o progresso daquela colonia.

Escreve o sr. Mantero na citada tese:

«Guiné: Vem a proposito trasladar para aqui mais alguns periodos do citado livro *A Mão d'Obra em S. Tomé e Príncipe*.

«O desenvolvimento do progresso nesta provincia é um problema até hoje sem resolução, permanecendo, portanto, grande parte dos povos que a habitam, num estado selvagem semelhante ao dos indigenas do «hinterland» de Angola e doutros paizes da Africa central, agravado ainda com a indole guerreira e turbulenta d'algumas raças indigenas, entre as quaes ha tipos verdadeiramente selvagens, cruéis e atrevidos, vagabundos, piratas e ladrões.»

«A provincia da Guiné pode vir a ser um centro de produção de generos

coloniais, se ali se fizer penetrar a civilização. O caminho para este desideratum será diligenciar que se transforme o foco de rebelião, que a colonia é, em centro de emigração de trabalhadores».

Quem consultar a legislação da colonia vê imediatamente que o *desenvolvimento do progresso nesta provincia* não é um problema sem resolução, mas que, pelo contrario, *está resolvido*.

A Guiné *não pode vir a ser* um centro de produção de generos coloniais, porque *já é*, como o provam as suas estatisticas, que noutra oportunidade transcreverei, para não tornar este artigo extenso em demasia.

Não é a Guiné *um centro de rebelião*. Foi. Hoje, todo o seu territorio, está sob o regimen de administração civil, sem um unico posto militar. Ha anos que não se regista o menor sinal de rebelião. Pela sua vasta rede de estradas, milhares de kilometros, transita-se com toda a segurança.

A Guiné é das poucas colonias portuguesas, talvez a unica, que presentemente não vive em regime deficitário.

Quanto á emigração dos seus indigenas, transcrevo o que no meu citado livro escrevi sobre o assunto, em 1923:

«Tem-se afirmado, baseando-se, sem duvida, sobre informações tendenciosas, que seria de toda a vantagem recrutar mão d'obra na Guiné para ir trabalhar fóra da colonia. Tal não seria possível sem recorrer á violencia com a certeza porém que, repetindo o processo, a colonia se despovoaria em poucos anos. O facto explica-se facilmente se tivermos em conta que o solo da Guiné dá aos seus habitantes, que tem habitos tradicionais de trabalho, os recursos suficientes não somente para fazer face ás necessidades criadas, mas ainda para dispenderem no superfluo.

«É preciso acrescentar que a maior parte dos grupos etnicos da colonia tem uma absoluta repugnancia em se

deslocar dentro do proprio territorio, só se resolvendo a fazer essas deslocacões com a garantia certa de que podem voltar ás suas povoações quando melhor lhes convenha».

A população indigena da Guiné é indispensavel á sua valorisação.

A luta economica obrigar-nos-ha a fazer com pressa o que não quizemos ou não soubemos fazer por étapes.

Apesar da densidade da população da Guiné o problema da mão d'obra ali, ainda não está resolvido, pela mesma razão porque não o está em todas as outras colonias: a falta dum *regulamento geral* que substitua o actual, contrario, como os factos demonstram, á evolução e necessidades presentes dos nossos dominios ultramarinos.

Sobre este capital assunto está o «Gremio dos Proprietarios e Agricultores da Guiné, residentes na Metropole», associação de classe de recente criação, fazendo um minucioso estudo, para apresentar aos Srs. Ministro das Colonias e Governador da Colonia, pois não podem aqueles que no ultramar empregam a sua actividade e o seu dinheiro, continuar a suportar o regime implantado pelo diploma de 14 de outubro de 1914 e que, pelos tristes resultados constatados, parece ter sido

feito para *regulamentar a liberdade do preto não trabalhar...*

CARLOS PEREIRA

De um interessante relatório elaborado pelo Sr. Loureiro da Fonseca e apresentado á Sociedade de Geografia de Lisboa, em fins do ano de 1919, extratamos algumas passagens, que servirão como base de avaliação do que já então era a situação da Guiné.

Como medidas de caracter geral, então consideradas indispensaveis para o desenvolvimento da Provincia, apontava o illustre relator as que se referiam:

- a) Ao estudo da hidrografia da colonia;
- b) Aos transportes fluviais e maritimos locais;
- c) Ao desenvolvimento dos processos de cultura do algodão, das oleaginosas e das coqueiras e da extracção de gomas e borracha.

Nenhuma referencia pois a qualquer estado de rebelião, que a existir seria necessariamente considerado, apontando-se os meios para o debellar, como condição essencial da pro-

ficuidade de toda e qualquer medida de fomento.

Por alguns elementos estatísticos que acompanham o relatório, reconhece-se que o «imposto do palhota», indice valioso para a apreciação do estado e submissão nas colónias, attingia já no ultimo decénio anterior á guerra, 23% do total das receitas cobradas.

O problema da Guiné, então encarado pelo Sr. Loureiro da Fonseca, era classificado como sendo um problema de administração geral, sem uma unica referencia a qualquer medida de pacificação, que assim as considerava completa e absoluta.

Ha evidentemente males na vida da Guiné e entre eles já se apontava no relatório a que nos referimos, e deficiência de tonelagem portuguesa reservada á Guiné, que então já se traduzia num deficit anual de cerca 21.401 toneladas e que presentemente se terá porventura agravado, por falta de carreiras de navegação Nacional para a referida colónia.

Os medicamentos «Sanitas» obtiveram na exposição do Rio de Janeiro, a mais alta classificação—O Grande Premio.

PARCERIA DOS VAPORES LISBONENSES

(Arrendatária das docas e officinas do Porto de Lisboa)

Serviço permanente de reboques, salvamentos de navios e transportes fluviais de passageiros, bagagens e carga;

Aluguel de cábreas e outros aparelhos de força.

Trabalhos de sondagens e de mergulhadores.

Reparações de navios; limpezas, picagens (manual e a ar comprimido) e pinturas interiores, de costados e de fundos.

Pequenas construções navais (rebocadores, lanchas, batelões, salva-vidas, etc.).

Demais trabalhos navais de todas as especiali-

dades metalúrgicas, de soldadura, de carpintaria de branco e de machado, de calafetos, etc.

Montagens e reparações de instalações electricas a bordo.

Obras hydraulicas.

Fornecem-se:

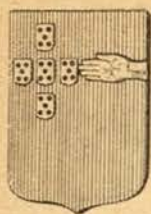
- a) Indicações técnicas, orçamentos e planos.
- b) Materiais para todas as obras e trabalhos referidos.
- c) Dispositivos especiais para embarcações destinadas ao serviço colonial.
- d) Tintas próprias para climas e águas tropicais.

Administração Central: — Cais do Sodré — LISBOA

Telefones | C. 1926 | Administração e serviço de transportes
| C. 2992 |
| C. 1588 | Officinas, docas e obras

Endereço telegrafico:

“DRYDOCKS,”



S. Tomé e Príncipe

OS MALES DA PROVINCIA

NAS ilhas de S. Tomé e Príncipe faltam os braços.

O oiro dos fructos não se aproveita convenientemente. As medidas de profilaxia vegetal não podem realizar-se.

Na historia do trabalho, nas Ilhas, o ano de 1875 é uma ballsa, um marco luminoso, projectando para a frente um clarão de liberdade. Antes, o trabalho servil. Depois uma lei a defini-lo, um contrato a ligar o trabalhador á propriedade.

Em 14 de Dezembro de 1854 os escravos pertencentes ao Estado são declarados livres.

Em 10 de Dezembro de 1836 é abolida inteira e completamente o tráfico da escravatura em terras portuguezas.

Todos os filhos d'escravos que nasceram, a partir de 24 de Julho de 1856, são livres.

Em 29 de Abril de 1858, El-Rei D. Pedro V, dia do seu noivado, em Berlim, comemorando o aniversario da Outorga da Carta Constitucional, assina um decreto, abolindo a escravatura. Vinte anos depois só haveria, em terras portuguezas, homens livres.

Era muito tempo vinte anos. As idéas novas estavam em marcha.

O decreto de 25 de Fevereiro de 1869 fulmina a escravatura. Já não ha escravos. Até 29 de Abril de 1878 ha libertos.

A carta de lei de 1875 desanuvia o horizonte, projecta claridades francas em terras d'África. Um ano depois, marca-o a lei, não ha mais escravos, não ha mais libertos. Ha homens livres.

A onda quente de liberdade passou por S. Tomé e Príncipe, antes do praso marcado. Terra fecunda, abençoada, a idéa rompeu antes do tempo.

Era Governador, Gregorio José Ribeiro.

A carta de lei de 3 de Fevereiro de 1876 sanciona esse romper prematuro, claro como uma alvorada, alegre como um bando d'aves...

Passam leis, decretos, portarias, regulamentos... Por todos os diplomas corre, forte, nitido, um traço de idéa

nova, de grandeza, de bondade—a linha mais saliente do carácter do povo de Portugal...

Eternamente ligados, a esta bendita obra, ficam D. Pedro V, a figura mais gentil, mais querida do Constitucionalismo, o Marquês de Sá da Bandeira, o defensor energico e intransigente das idéas novas, das novas claridades...

A Republica da Liberia, o Camarão e o Acrá fornecem os primeiros emigrantes contractados, uns 2.500, de 1875 a 1876.

O Dahomey, enquanto está sob o protectorado e soberania de Portugal, de 1885 a 1887, fornece braços tambem.

O Dr. Mateus Sampaio, pacificando o sul da Ilha de S. Tomé, conquistando os *angolares*, faz uma colheita de braços, presta um alto serviço á Provincia, ao Paiz.

Em 1876 voltam-se os olhos de S. Tomé e Príncipe para Angola, para esse empório vasto, imenso, infinito—para onde, na hora que passa, se volta tambem, rasa d'esperança, a alma sonhadora e aventureira da Raça...

Em Dezembro de 1876 vêm d'Angola os primeiros braços. Vão-se buscar, ao interior, lá longe, a toda a parte, onde é possível, onde os ha disponíveis, prontos a trabalhar a terra, a derrubar arvores, a espalhar sementes, a abrir caminhos...

Dos antigos *libertos* muitos são contractados. Outros não—os *forros gregorianos*.

Passam leis, decretos, portarias, regulamentos... Destaca-se, d'entre elles, o de 29 de Janeiro de 1903. Introduzem-se modificações profundas no recrutamento dos serviços e condições dos seus contractos. Instituiu-se o cofre de trabalho e repatriação e o desconto para *bonus* de metade d'aqueles salários. E' um diploma cheio de nobreza, de garantia, de previdencia... As suas disposições tutelares não são excedidas em paiz algum, afirma o illustre Curador Geral dos Serviços e Colonos, Dr. Antonio Corrêa d'Aguiar.

O decreto de 8 de Fevereiro de 1913 obriga os contractantes a dar um pré-

mio de 50 escudos aos serviços que se contractaram pela primeira vez antes de 1903, quando quizessem ser repatriados, findos que fossem os seus recontractos. Até certo ponto atenuava a falta do *bonus*, mas provocou uma febre alta de repatriação.

A repatriação dos serviços, a volta para Angola, o regresso a suas casas já esquecidas, iniciou-a o ano de 1908. Milhares de serviços tinham feito já das Ilhas a sua terra natal, constituindo familia, criado raizes...

Quantos serviços havia nestas condições? O numero d'eles, diz o Dr. Corrêa d'Aguiar, fica muito áquém de 30.000. O primeiro censo da população trabalhadora, depois de varias tentativas, só em Fevereiro de 1918 se realisa.

Em 1908 iniciou-se a emigração de Moçambique.

Em fins de 1912 é creado com sede em Lisboa, ao abrigo do decreto de 20 de Julho de 1912, uma Sociedade Civil, sob a forma de sociedade anonima de responsabilidade limitada, com a denominação de Sociedade de Emigração de S. Tomé e Príncipe.

E' a primeira associação de vontades, d'interesses que se organiza na Provincia. E' a primeira manifestação da *idéa associativa* que surge sempre que ha dificuldades graves a resolver. E' a primeira e a ultima, áparte a constituição de companhias para explorar esta ou aquela propriedade.

Em todos os logares e em todos os tempos foi a necessidade que originou os grandes movimentos associativos. O que custa muitas vezes é o reconhecimento d'essa necessidade.

Em fins de 1912 inicia-se assim a organização dos serviços de emigração, subordinada a processos novos, a nova orientação...

Colhem-se braços.

A Repatriação vem-se fazendo desde 1908.

Até 1915, repatriam-se, de S. Tomé: 8.964 angolãos, 6.012 moçambiques e 876 caboverdeanos.

Do Príncipe: 938 angolãos, 2.489 caboverdeanos, 19 guinês, 6 ajudás, 2 librianos, 10 cabindas e 5 santomês.

Em 31 de Dezembro de 1915 existiam:

Em S. Tomé.....	39:080	serviçais
No Príncipe.....	3:842	"

Em 1916, entraram, em S. Tomé 9.098; no Príncipe 1338. Foram repatriados: de S. Tomé 5.426; do Príncipe 997. Faleceram: em S. Tomé 3.223; no Príncipe 158.

Em 31 de Dezembro existiam:

Em S. Tomé.....	39:529
No Príncipe.....	4:025

Em 1917, entraram em S. Tomé 5.464; no Príncipe 892. Foram repatriados: de S. Tomé 3.003; do Príncipe 538. Faleceram: em S. Tomé 1.807; no Príncipe 110.

Existiam em 31 de Dezembro:

Em S. Tomé.....	40:183
No Príncipe.....	4:269

Em 1918, entraram: em S. Tomé 1.511; no Príncipe 1.112. Foram repatriados: de S. Tomé 2.903; do Príncipe 556. Faleceram: em S. Tomé 2.575; no Príncipe 327.

Existiam em 31 de Dezembro:

Em S. Tomé.....	36:216
No Príncipe.....	4:498

Em 1919, entraram: em S. Tomé 5.535; no Príncipe 1.196. Foram repatriados: de S. Tomé 2.652; do Príncipe 951. Faleceram: em S. Tomé 1.627; no Príncipe 181.

Existiam em 31 de Dezembro:

Em S. Tomé.....	37:472
No Príncipe.....	4:562

Em 1920, entraram: em S. Tomé 3.865; no Príncipe 1.275. Foram repatriados: de S. Tomé 2.909; do Príncipe 572. Faleceram: em S. Tomé 2.112; no Príncipe 161.

Existiam em 31 de Dezembro:

Em S. Tomé.....	36:316
No Príncipe.....	5:104

Em 1921, entraram em S. Tomé 2.893; no Príncipe 874. Foram repatriados: de S. Tomé 1.525; do Príncipe 191. Faleceram: em S. Tomé 1.014; no Príncipe 378.

Existiam em 31 de Dezembro:

Em S. Tomé.....	36:670
No Príncipe.....	5:409

Até fim de junho de 1922 entraram em S. Tomé 488. Foram repatriados 471. Faleceram 693.

Existiam em 30 de Junho, em S. Tomé, 35.994 serviçais.

Até ao fim de maio do mesmo ano entraram no Príncipe 5. Foram repatriados 122. Faleceram 120.

Existiam em 30 de Maio, no Príncipe 5:172 serviçais.

Da análise destes numeros conclui-se que, em S. Tomé, o maximo de braços, desde que ha elementos estatisticos, foi alcançado em 1917. No Príncipe foi em 1921.

De 1917 para 1918 ha, em S. Tomé, uma descida brusca. De 1918 para 1919 sóbe. Desce para 1920. Sóbe ligeiramente para 1921. Desce para 1922.

Começou a desenharse, em 1917, a crise do *Rubrocinto*. Começou tambem, pôde dizer-se, a descida nos braços. Um mal nunca vem só...

No Príncipe a marcha é a subir, até 1921.

De 1921 para 1922 desce.

A marcha, no Príncipe é principalmente devida á emigração de Cabo-Verde, a unica Provincia que forneceu braços no periodo de luta contra a mosca do sono.

Ultimamente para S. Tomé tem sido larga tambem a emigração d'aquetas ilhas sem pão e sem chuva.

Os braços caboverdeanos não são fortes, não são robustos.

Voltam-se os olhos de S. Tomé e Príncipe para Angola e Moçambique. «Amparo», mecanisou o seu fabrico.

S. Tomé não tem, ao menos, um braço por hectare cultivado!

E continuam as repatriações.

E diminui a emigração.

Eu sei que ás companhias organisadas e m organização em Angola e Moçambique pedem, de braços erguidos, braços aos Governos.

Eu sei que os braços de Angola, Moçambique, os braços d'África, os braços da America, os braços do Mundo, não chegam para revolver a terra.

Eu sei que o segredo da produção moderna está nas máquinas. No aço. No ferro. Nos motores. Na alma das máquinas.

Mas...

S. Tomé e Príncipe pesam como oiro na balança económica de Portugal.

S. Tomé e Príncipe são o orgulho do trabalho portuguez em terras portuguezas.

Ha que dar-lhes braços. Ha que fazer, dos braços portuguezes, uma distribuição criteriosa e justa.

Ha tambem que dizer-lhe, a esta Provincia de maravilhas, que deve procu-

rar pôr-se a coberto de crises futuras que necessariamente se hão-de dar quando, por terras de Angola e Moçambique, a cultura se intensificar.

Ha que rasgar estradas, sem hesitações. As boas estradas economisam braços. São factores notaveis da produção económica.

Ha que contar com os recursos locais, com os braços que a população da Provincia pôde fornecer. Ha que educa-los, orientá-los num sentido claro de produção. Ninguem tem o direito de não trabalhar, de não produzir.

A Escola d'Artes e Officios deve ser um magnifico meio d'aproveitamento d'energias locais. A *Escola de Operários Rurais*, a criar na Estação Agronomica, com os seus cursos anexos de *tratadores de gado e ferradores* é uma necessidade económica e educativa.

Ha que mecanisar. A unica manifestação notavel da mecanica, nas Ilhas, e que, de resto, tantos braços tem poupado, é o «Decauville»—braços delgados, metalicos que se estendem por quilometros e quilometros, levando produtos, trazendo produtos...

O oleo de palma é feito ainda á maneira primitiva. Só uma propriedade, Amparo, mecanisou o seu fabrico.

A agricultura é fundamentalmente uma industria. Evolucionou. Aperfeiçoou-se. Sofre mesmo a acção dos acontecimentos d'ordem social. Ha que estar-se sempre preparado para acompanhar essa evolução, saber encarrar os acontecimentos e... solucioná-los.

Entretanto, que venham os braços, um minimo de dois por hectare de cultura. Um minimo de 3 anos de permanencia nas Ilhas. Menos tempo é reduzir o periodo de trabalho ao da aprendizagem. Ha que ensiná-los, adestrá-los primeiro.

Entretanto que não faltem os braços que S. Tomé e Príncipe, de braços erguidos, pedem a outras terras do Portugal...

EGYDIO INSO

Chefe dos Serviços de Agricultura de S. Tomé e Príncipe

Em S. Tomé e Príncipe, tem sido sempre a *mão de obra* o problema absorvente de todas as atenções.

Ha males que consentem um remédio definitivo e completo; para outros, apenas ha que tentar formas de atenuar, na impossibilidade de se conseguir a sua eliminação radical.

O mal da falta de braços em S. Tomé e Príncipe, parece-nos pertencer a esta segunda categoria, se atendermos exclusivamente aos possiveis recursos próprios da provincia; isto é, difficilmente aquela colónia conseguirá os braços de que carece, sem o concurso doutras colónias portuguezas.

E' mister porem procurar reduzir ao minimo o subsidio de que careça, e isso só se conseguirá estudando e promovendo a colonisação das ilhas, introduzindo nelas indigenas com qualidades que os tornem próprios para tal fim.



Angola

ALTO COMISSARIADO DE ANGOLA

OS jornais do dia 2 publicaram a seguinte:

Nota officiosa do Ministerio dos Negocios Estrangeiros:

As negociações ha tempos entabuladas entre os governos portuguez e inglés para a elevação das legações de Portugal em Londres e de Inglaterra em Lisboa á categoria de embaixadas, acabam de ter o mais completo exito. Para embaixador de Inglaterra em Lisboa foi nomeado o actual ministro nesta capital, sir Lancelot Carnegie, e para embaixador de Portugal em Inglaterra o governo escolheu o general sr. Norton de Matos, Alto Comissario em Angola. Os respectivos «agrément» já foram concedidos pelos dois governos.

Nos ultimos tempos a situação de Angola tem sido assunto de bastas discussões. A interpeção rialisada pelo brilhante parlamentar, sr. Cunha Leal; o manifesto publicado pelo ilustre governador do B. N. U., sr. Dr. João Ulrich; as considerações que no 2.º Congresso Colonial se fiseram, e que surgiam como manifestação duma preocupação que dominava o espirito dum grande numero de coloniais e ainda as constantes noticias providas dos colonos de Angola, tem agitado a opinião publica e chamado as atenções gerais sobre a grande Provincia Ultramarina.

Chocaram-se os entusiasmos daqueles que anteviam para Angola uma próxima situação brilhante, mercê da obra, que diziam iniciada por forma prometedora, com as opiniões e os protestos alarmantes dos que, contestando a existencia de tal obra, se mostravam apreensivos sobre o futuro da grande Colonia.

Simple choque entre um optimismo comodista e um doentio pessimismo? Luta de opiniões nascidas, umas e outras, da análise fria e imparcial dos factos?

Eis as perguntas que a si propria

fazia a grande massa de portuguezes, que acima de tudo põem os interesses nacionais; e na esperança de ver desfeita esta duvida e estabelecida uma situação clara e iniludível, todos voltavam as suas atenções para a acção governativa do Alto Comissario da Republica, descrentes uns, cheios de inquebrantavel esperança outros, mas todos tomados de ansioso interesse pelos destinos da Colonia, onde tanto sangue portuguez tem corrido e a que tantos haveres estão ligados.

Foi nesta situação e precisamente quando ela atingia o mais alto grau de interesse, que surgiu a nota officiosa do ministério dos Extrangeiros, recebida—facto curioso—por uns e outros que se degladiaram, como a confirmação das suas respectivas maneiras de ver.

Quando as febres palustres deixam de obedecer ao quinho, deve empregar-se a «Paludina», que dá excellentes resultados nas febres palustres, biliosas e perniciosas. Pedir instruções a «Sanitas»—T. Carmo, 1—Lisboa.

E assim para uns, o abandono do Alto Comissariado da Republica em Angola, por parte do sr. General Norton de Matos, representará um protesto contra a injusta apreciação da sua acção administraiva; para outros ele constituirá o reconhecimento da ineficácia e porventura dos erros dessa acção.

E entre uns e outros continua a grande massa de portuguezes premdida entre estas opiniões que se chocam, mas agora com um sentimento próprio, que ambas as correntes originam—o de estranhêsa e de desgosto—.

A opinião publica dominante tem como indice exato, as palavras pronunciadas no Parlamento pelo ilustre senador, sr. General Roberto Baptista, e que transcrevemos dos relatos da sessão do dia 2.

«O sr. Roberto Baptista, confinando, tece elogios ao sr. Norton de Matos,—de quem é amigo e com quem trabalhou,—ás suas qualidades ao seu patriotismo e á sua inexcedível tenacidade.

Mas, dada a situação financeira de Angola, onde foram gastos milhares de cóntos, visto S. Ex.ª ser o Alto Comissario e estando agora por liquidar os casos de finanças accusados no relatorio do Banco Ultramarino, e não tendo, além disso, o sr. Norton de Matos concluido o seu plano, entende que ele não devia ainda ser nomeado. Não devia mudar dessa comissão para outra. Não tem o direito de desertar nem o governo o devia ter nomeado.

O orador foi, por vezes, muito apoiado pelo centro e direita da Camara.»

As palavras do sr. General Roberto Baptista traduzem, na verdade, fielmente a opinião do grande publico.

♦ ♦ ♦

Mas achando-nos em presença dum facto consumado e porque o que nos interessa sobretudo é a vida de Angola, que desejamos progressiva, pensemos antes no que está para vir.

Ha quem preconise a substituição do Alto Comissario de Angola por um Governador Geral; ha quem entenda que o regime de Alto Comissariado deve subsistir para aquela colonia.

Não sabemos, nem é agora o momento oportuno de procurar saber, qual o motivo que impoz o regime de Alto Comissariado para Angola, quando aquella provincia estava em plena normalidade.

Não nos inclinamos, por agora, para nenhuma das formulas preconizadas; tanto uma como outra sao no actual momento defensáveis. Mas o que entendemos, e isso desejamos deixar aqui bem claramente estabe-

lecido, é que, sem se cerceiarem atribuições, qualquer que seja a forma de Administração de Angola—quer seja por intermédio dum Alto Comissário, quer por acção dum Governador Geral—; seja quem fôr a pessoa a quem se confie a árdua missão de governar aquela provincia, que hoje atravessa uma crise gravissima, resultante de numerosos, variados e complexos factores, internos e externos, se deve procurar estabelecer antes, um programa de governo, com a colaboração das entidades que mais intimamente conhecem a vida de Angola, das que mais sentem as suas necessidades e das que mais directamente podem contribuir para a resolução da crise que ameaça a vida da colonia.

As associações Comerciais de Lisboa, Porto e as de Angola, os Bancos Nacional Ultramarino e Colonial, além doutras entidades, estão naturalmente indicados como colaboradores do governo, nesse trabalho que reputamos indispensavel.

A situação actual de Angola não permite experiencias, requer uma acção imediata e bem orientada.

Confiar essa acção ao critério exclusivo dum homem, seja ele quem fôr, é arriscado.

A Vida de Angola tem uma feição complexa; lembra-nos a fase da adolescencia, em que a falta de equilibrio nas funções origina tão facilmente a morte.

Presentemente o Governo de Angola está ericado de mil difficulda-

Segundo os ultimos trabalhos scientificos pode curar-se a tuberculose, com o «Palmol». Pedir instruções á «Sanitas» T. Carmo, 1, Lisboa.

das que é mister conhecer préviamente e para as quais se deve estudar o remédio.

E' por isso que entendemos como conveniente a elaboração dum programa de governo para aquela nossa Colonia.

E porque assim pensamos o expomos aqui sinceramente.

O. T.

AGOAS (Irmãos) Ltd.
7-8, Largo do Intendente, 9-10
LISBOA

Representantes das motocicletes
"Reading Standard"
(a melhor das melhores)

Bicycletes, motocicletes, automoveis e todos os seus accesorios. Reparções e manufactura de toda a mechanica em geral. Serralheria civil. Secção de Comissões e Consignações e conta propria

DÃO-SE AGENCIAS E ACEITA-SE REPRESENTAÇÕES

Ler no proximo numero *A Situação de Angola* pelo nosso illustre colaborador sr. Cunha Leal

SOUSA MACHADO & C.^A

SEDE EM LOANDA

ANGOLA—CABO VERDE—GUINÉ—LISBOA

IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

:: PRODUTOS COLONIAIS ::

:: CEREAIS DE ANGOLA ::

COMISSÕES E CONSIGNAÇÕES

Representantes privativos na Africa Ocidental Portúguezua da:

FORD MOTOR COMPANY

E. U. A.

Representação e Importação exclusiva de carros de turismo, camionetes, tractores FORDSON, accesorios e sobressalentes

:: FILIAL EM LISBOA ::

RUA GARRETT, 62, 2.^o

FILIAIS NO:

**LOBITO
HUAMBO**

END TELEGRAFICOS:

PARA ANGOLA—SOMA

PARA LISBOA—SEGUE



Mozambique

FOMENTO DE MOÇAMBIQUE

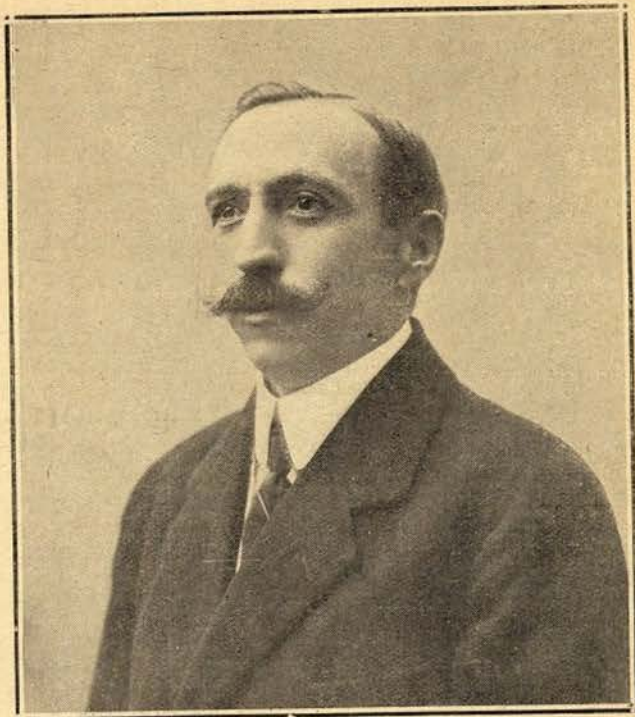
A Administração da Colonia de Moçambique envolve questões da maior importancia, umas para serem resolvidas na devida oportunidade, obedecendo a um plano governativo assente em bases definidas, e outras cuja resolução se impõe como urgente, dada a actual situação economica e financeira da Provincia.

De entre estas a mais imperiosa é, quanto a mim, a obtenção de um emprestimo externo que permita ao Governo da Provincia saldar os debitos por obras já realizadas e iniciar uma politica de fomento de feitos seguros, cessando a pratica seguida de fomentar com o recurso directo das receitas orçamentais.

Prosseguir na construção das linhas ferreas de penetração preconizadas ao Sul do Save, melhorando os portos terminus dessas linhas; modificar as características da região ao sul daquele rio, dando a esta os meios de desenvolver a agricultura—eis as principais directrizes que devem orientar essa politica de fomento.

Iniciada essa politica modificar se ha a nossa situação perante as colonias vizinhas e será então a oportunidade de negociar com a Africa do Sul uma Convenção em bases de um justo equilibrio de interesses mutuos.

AZEVEDO COUTINHO.



O Alto Comissário da República em Moçambique
Sr. VITOR HUGO DE AZEVEDO COUTINHO

MOÇAMBIQUE, que muitos elementos tem para conseguir uma vida próspera e progressiva, encontra-se actualmente em situação bem critica, que mais resulta das culpas dos homens do que de qualquer outra cousa. E entretanto a lição do passado bem nos poderia ser guia segura no presente; a administração de homens como Antonio Enes e Mousinho a provincia respondeu logo progredindo e desenvolvendo-se, mas infelizmente o exemplo dado por esses grandes portugueses bem pouco foi considerado e seguido. E entretanto, apesar de tudo, as receitas da colonia tem aumentado nos ultimos anos de 50 %, e a sua população portuguesa e estrangeira, tem trabalhado com afinco para o seu progresso e riqueza, mas sem ser sempre apoiada e guiada por uma administração cuidadosa e previdente. D'aqui resultam os nossos males.

Encravada na Africa do Sul, a colonia tem de acompanhar a marcha vertiginosa dos vizinhos que a cercam, trabalhando como eles, acolhendo e protegendo todas as iniciativas uteis, chamando os capitais indispensaveis para os grandes empreendimentos, que tão necessarios são, e animando sobretudo a colonização portuguesa, sem receio dos estrangeiros que na colonia se queiram estabelecer e antes procurando

que estes venham de varias e diversas origens. O muito que podemos conseguir bem claro o demonstra o que já temos feito no districto de Quilimane, cujas plantações são um titulo de gloria para nós, em Manica, em Lourenço Marqués e na Beira e nos esforços que estamos realisando para alargar por toda a parte a agricultura, quasi que sem apoio dos poderes do Estado e até apesar das dificuldades que estes tantas vezes sem necessidade levantam. Para destas julgar, basta ter em vista a actual circulação fiduciaria da Colonia, resultante de uma situação imposta ao Banco da Colonia, para o governo dele tirar por successivos emprestimos os meios de ocorrer a despesas possivelmente desnecessarias.

Mudam os governadores da colonia mais rapidamente do que as arvores renovam as suas folhas e daí uma administração sem programa e sem método, e da qual advêm consequências inevitaveis. Em tempos um governador determinou que as circunscrições administrativas fisessem plantações d'arvoredo destinado a no futuro fornecer a colonia e sobretudo o caminho de ferro de madeiras.

Assim se fez, tornando-se notavel a plantação feita por um dos homens a que a colonia grandes servicos deve, Roque de Aguiar. Bem depressa porem todos os obstaculos eram opostos a essa iniciativa

e agora me dizem que se estão cortando, sem as substituir, as arvores que a Roque de Aguiar se devem. E enquanto tal sucede entre nós, a União Sul Africana já hoje tem nas florestas que plantou, quasi que toda a madeira precisa para os seus caminhos de ferro. Dada a dificuldade que em Lourenço Marques ha para obter habitação e da qual resulta que os funcionarios tem de pagar enormes rendas para se alojarem; foram mandadas fazer casas que eles poderiam alugar por preços que em poucos anos amortisariam o capital dispendido e os tornariam proprietarios dessas casas; pois breve elas foram vendidas em hasta publica, para mais tarde se reconsiderar e serem mandadas fazer novas habitações que pouco se ergueram acima dos alicerces, que por fim, segundo me informaram, foram vendidas tambem! Ora será possivel administrar assim?

A colonia tem fartos elementos naturais de riqueza. A sua população branca é em grande parte, laboriosa e cheia de iniciativas; a população indigena é pacifica e trabalhadora. O funcionalismo é certamente, na sua grande parte, competente e assiduo, pelo menos tanto, senão mais do que o da metropole. Porque é pois que a colonia não progride e mais ainda, porque é que não só ela, mas todas as nossas colonias se encontram hoje em situação bem

aflictiva? E' o que certamente deve dar que pensar ao Ministerio das Colonias e não vem aqui considerar.

Não muitos anos vão decorridos desde a época em que no conselho de governo da Colonia de Moçambique se encontravam homens como Angelo Ferreira, Eduardo Saldanha, D. Egas Moniz, Coelho, To:re do Vale e tantos outros. Em que á testa dos diversos serviços estavam Hugo de Lacerda, Costa Serrão, Serrão d'Ázevedo, Batista Coelho, Pinto da Veiga, Lisboa de Lima, Lopes Galvão, Juvenal Elvas, Ferrião e Bellegarde da Silva, sem citar muitos dos que sob suas ordens serviam. Em que os governadores dos distritos eram Ernesto de Vilhena, Massano de Amorim, Augusto Cardoso, Betencourt, Almeida Garret, ou Lupi. Com homens destes, escolhidos pelo seu valor, que não pelos azarés da politica, qualquer Governador Geral com bom senso fazia um bom governo. Infelizmente, porém, quasi todos eles houveram de se afastar de uma administração que propositadamente os repeliu indo para a industria particular que os chamava e de braços abertos os acolheu. E é certamente porque se esqueceu que os homens devem ser escolhidos para os lugares, e não os lugares para os homens que em grande parte se deve o que em Moçambique se está passando.

Mas deixando o passado, e considerando o presente, o que ha a fazer agora?

Em primeiro lugar afigura-se-nos necessario o chegar a um accordo com a União afim de tirar o melhor partido possível da situação geografica de Lourenço Marques. Creio por ora illusorio o peigo da nossa

absorção, perigo que tanto mais se afastará quanto mais a nossa administração for liberal e progressiva, acompanhando na sua marcha a das colonias que nos cercam.

Regular de vez a nossa situação financeira, acabando com um sistema monetario em que é proibida a circulação da moeda estrangeira, proibição que seria de aceitar se o governo da colonia não exigisse que lhe pagassem uma parte das suas receitas nessa moeda que repele. Não se me afigura impossivel fazê-lo.

Impôr-se confiança ao capital e ao trabalho nacional e estrangeiro para que ambos venham para a colonia, que com tal só beneficiará.

Fazer todos os sacrificios para animar, apoiar e auxiliar a colonização portuguesa. Todas as despesas que para tal fim se fizerem, todos os sacrificios que para o conseguir se realizarem senão de proficuo resultado.

E se assim se fizer, se se escolherem os homens conforme o seu valor e as suas qualidades, sem cuidar se são ou não filiaes em qualquer partido, se se animar e recompensar os que trabalham, pondo de parte sem piedade os inuteis e os ganhões sem escrupulos, bem depressa a colonia reganhará a sua bem merecida prosperidade. Disso nos são garantia segura os progressos que, atravez de todas as dificuldades, se tem feito, a maneira como se estão fazendo novas fabricas, preparando novas industrias e como a agricultura, a faz o possível para se alargar e desenvolver, o que nos deixa prever o que se poderá realizar se essas iniciativas e esforços forem auxiliados como de direito, razão e justiça.

De bom juizo seria que fossem estudados por homens competentes os recursos tão diversos da provincia, aproveitando tambem o muito que já nesse sentido tem sido feito. Sobre os resultados desse estudo se organizaria um plano geral de desenvolvimento metódico da colonia, expondo ao mesmo tempo a nacionais e estrangeiros as suas riquezas e como elas poderiam ser valorizadas pelo emprego racional de capital e trabalho e as vantagens de desse emprego resultariam para os que empreendessem. Procedendo desse modo evitar-se-iam os esforços dispersos, fazendo hoje para desmanchar amanhã, procurando crear na colonia industrias que nela não podem ter exito, e do que só resultam desastres que produzem o desanimo. Muito tenho ouvido falar da irrigação do Limpopo, rio cujo regimen se desconhece por completo; nesses estudos da irrigação se tem gasto alguns milhares de libras, que bem melhor seriam applicados em empreendimentos de menor vulto mas que auxiliasse aqueles que hoje já estão trabalhando na colonia. E ao lembrar-me que o governo poderia realizar esses trabalhos de irrigação que custariam muitos centenares de milhares de libras, eu lembro-me do que poderá resultar de beneficio para a colonia duma despesa que tão eficaz seria para chamar iniciativas e capitais sobretudo nacionais, auxiliando-os e protegendo-os.

Seria este processo mais proveitoso ou estarei em erro? Não sei, mas para o saber é que urgente se torna um estudo metódico e seguro das possibilidades da colonia.

FREIRE DE ANDRADE.

COMPANHIA DO NYASSA

Séde em Lisboa: Rua Victor Cordon, 27, 1.º — Secções estrangeiras, séde em Londres, Fanchurch Street, 3

Pela Carta de Concessão (Decreto de 26 de Setembro de 1891) foi dado á Companhia que o concessionário viesse a organizar, o direito de administrar e explorar os territórios existentes no Norte da Provincia de Moçambique, entre os rios Rovuma e Lurio, do N. ao S., e o Oceano Indico e o Lago Niassa, de E. a O. A Companhia constituiu-se como sociedade anónima de responsabilidade limitada, sendo os seus estatutos aprovados por Decreto de 9 de Março de 1893. Em 27 de Outubro de 1894 a Companhia tomou posse dos territórios, os quaes, á excepção de dois pontos na costa marítima, se achavam fóra da acção imediata do Estado Portuguez.

Logo desde o começo dos trabalhos de occupação dos territórios se começou a verificar a riqueza em produtos de toda a espécie, e a sua adaptação ás mais variadas explorações, principalmente as agricolas. Com effeito, numa extensão de mais de duas vezes a do Continente de Portugal, mas habitada por uma população indigena de pequenissima densidade, e sendo, portanto, o seu solo quasi inteiramente inculto, encontravam-se terrenos apropriados para todas as culturas tropicais e ainda algumas sub-tropicais.

O regimen adoptado para a exploração desses terrenos foi o das sub-con-

cessões, reguladas por preceitos muito simples, e feitas pelo Governador dos Territórios, cuja séde é na povoação de Porto Amélia, fundada em 1900 sobre a bahia de Pemba. Apesar de já serem assaz numerosas essas sub-concessões, os terrenos são tão extensos que ainda ha larga margem para muitas mais. Os principais productos já explorados são: a palmeira de côco, o tabaco, o algodão (nos concelhos de Oeste e reputado de qualidade igual á melhor do Egipto), a sisalia, o kapok, e as oleaginosas de todas as qualidades. Há tambem a exploração das florestas, onde se encontram as mais ricas essencias, entre ellas o pau preto, o sandalo e o mogno, não falando no mangal bravo que abunda nos estuarios dos rios. Como productos de alimentação, cul viva-se em larga escala o milho e outros cereais e todas as leguminosas. Ha ainda as frutas indigenas, especialmente o ananaz e o cajú.

A costa marítima é abundantissima de peixe e entre as ilhas que a orlam, existem bancos naturaes de ostras perliíferas. No interior é numerosa a caça miuda e graúda, incluindo elefantes, criando-se nas florestas muitas abelhas que produzem mel e cêra em abundancia.

No ramo mineral há muito que ex-

plorar. A' superficie do solo encontra-se em abundancia a mica e a grafite. No sub-solo há a linthe na região de Itule e todos os indícios de petroleo.

São numerosos os portos no litoral marítimo, mas os principais são Porto Amélia, Ibo e Palma (Tungue); os dois primeiros são servidos por vapores da Companhia Nacional (portuguesa) de Navegação, da Companhia Inglesa Union Castle e da Companhia Alemã. Entre os portos ha frequente navegação costeira. As comunicações para o interior realisam-se por numerosas estradas indigenas, em algumas das quaes circulam viaturas automoveis. Está pronto o projecto definitivo do primeiro troço (202 quilometros) do Caminho de Ferro Pemba-Nyassa, bem como o das obras do porto de Pemba.

O clima dos Territórios do Nyassa Portuguez é em geral, salubre, havendo diversas montanhas de altitudes que vão até 1.100 metros e mais.

Teem, portanto, estes Territorios todas as condições para atrair os capitais e as iniciativas, tanto para a exploração directa do seu solo e sub-solo como para o commercio, cujo movimento aumenta dia a dia.

Na séde da Companhia em Lisboa e na das Secções, em Londres, se prestam todas as informações.



Índia

ESTADO DA INDIA

NO território, que hoje limita a Índia Portuguesa, n'uma diversidade de castas e aparentemente de raças, vivem quasi 600 mil portugueses, que se não diferenciam, contudo, quando desperta o sentimento da nacionalidade.

De facto, ha muito da alma nacional naquelas regiões, onde como nenhum povo dominámos e onde, num impressionante mutismo, dispersamente, se ouvem falar, traços e traços, do antigo esplendor de Portugal:—São os gloriosos monumentos e as ruínas,—que ainda se veem sustentadas de pé nas Velhas e nas Novas Conquistas, em Damão e Diu,—as melhores testemunhas e as mais eloquentes de toda a nossa passada grandeza, tornada culminante nos tempos de Afonso de Albuquerque.

O desmembramento do Imperio Português na Asia, reduzindo-o ás proporções de hoje, deverá recordar tristemente essa transformação operada pela diplomacia do Paiz,—ante a força de circumstancias,—que por tantos modos tem sido apreciada.

Perdemos esse Imperio e de olhos postos no Passado, observando as causas que produziram o desolador effeito, teríamos já tempo bastante para imprimir ao nosso patrimonio colonial a orientação mais adequada ao seu desenvolvimento, sem hesitações de processos de administração e na escolha de competencias, porque chegou o momento de nos acreditarmos no conceito daqueles que nos pretendem julgar.

Durante um periodo bastante largo da sua historia a Índia viveu em condições desafogadas.

O primeiro orçamento publicado em 1852 apresenta as suas finanças quasi equilibradas e assim se mantiveram, com insignificantes saldos ou deficits, até 1867-1868, em que as receitas accusam 460.169\$264 e as despesas 422.691\$870, resultando um saldo de 37.477\$394, que em 1870-1871 sobe a 62.768\$60 e em 1874-1875 a 93.546\$399.

As receitas vão crescendo gradualmente e no orçamento de 1882-1883 fixam-se em 695.939\$675, mas as despe-

zas somam 756.591\$750, figurando, portanto, um deficit de 60.652\$075.

Inscreeveu-se neste ano, pela primeira vez o deposito de 160.000\$00 para garantia e pagamento dos encargos dos capitães levantados pela companhia constructora do Caminho de Ferro de Mormugão, nos termos do contracto de 18 de Abril de 1885.

Até 1887-1888 conserva-se o orçamento deficitario para então e nos anos seguintes indicar receitas que atingem em 1890-1891 a cifra de 925.816\$800 e um saldo de 166.216\$275.

O ano de 1891-1892 ainda fecha com um saldo de 137.387\$934, mas a situação financeira da Índia torna-se critica e decorrem os anos de 1893-1894 a 1896-1900 e de 1902-1903 a 1905-1906, sem que o orçamento deixe de apresentar deficits variaveis entre 62.000\$000 e 163.000\$000.

Curioso, entretanto, é constatar que nos dois anos economicos de 1900-1901 e 1901-1902 esse orçamento se mostra quasi equilibrado.

O mesmo equilibrio mantem-se de 1906-1907 a 1916-1917 resurgindo o deficit no ano de 1917-1918, em que atinge 219.975\$03, agravando-se extraordinariamente em 1920-1921, pois se eleva então a cerca de 400 contos.

Todos estes numeros como os anteriores e os que a seguir indicamos são extrahidos das respectivas previsões orçamentaes.

Está já aprovado o orçamento para 1924-1925. As suas receitas calculam-se em 1.700.101\$42(5) e a previsão das despesas é de 2.004.492\$77(3).

O deficit seria de 304.391\$34(8).

O Governador Geral no intuito de o reduzir pediu aprovação para uma operação de emprestimo na importancia de 205.983\$12,—votada já pelo Conselho Legislativo, nos termos da base 67.^a da Administração Civil e Financeira das Colonias,—que o Ministro das Colonias acaba de autorisar. Sendo, assim, ficará muito atenuado este deficit, por ventura iliminado por completo com novas receitas recentemente creadas, que se avaliam em 100.000\$000 e com a redução de despesas de caracter militar.

Convem notar a circumstancia de

terem passado em 1912 para o orçamento do Ministerio das Colonias as despesas com o Caminho de Ferro de Mormugão e com o Padroado do Oriente, na importancia total de 757.142 rupias equivalentes, ao tempo, a pouco mais de 300 contos.

Aliviou-se a Índia destes encargos, numa época em que a desvalorização do escudo pouco sensível era, na verdade. No presente momento o facto traduz um grande sacrificio para a metropole, atenta a obrigação do Estado ter de satisfazer os mesmos encargos em rupias a um cambio tal que os 300 contos correspondem hoje a não menos de sete mil!

Seria de algum interesse para o Paiz que a questão fosse apreciada como mereçe, resultando dahi o menor desperdicio para o Estado.

A Índia tem importantes problemas a resolver, dos quaes dependem, sem duvida, a melhoria das suas condições economicas.

No Congresso Provincial, ha poucos anos ali realiado, vimos que foram apresentadas memorias, cujo valor se confirma pela autoridade dos que as subscrevem. A questão do Credito Agricola, a criação de gado para lavoura e para alimentação, o desenvolvimento da cultura do arroz e da cana-sacharina, a organização do cadastro geometrico da provincia e para completo registo dos imoveis, meios de redução do deficit cerealifero, desenvolvimento das diversas industrias, Revisão de matizes Prediaes, Reforma dos regulamentos do Imposto do Selo e da Contribuição de Registo, etc.

Algumas destas teses mereceram já a aprovação e applicadas convenientemente devem produzir os resultados beneficos que os seus auctores previam.

Resta agora que o Governo da Metropole se associe aos esforços que a Colonia emprega no sentido de valorisar a sua situação economica e financeira.

De ha muito que lhe está prometida, assim como a Macau e Timor, uma estreita ligação com a metropole. E' mais um problema interessante a acrescentar aos de inadiavel execução.

Resolvida a questão de navegação para as nossas colónias do Oriente, conjuntamente conviria se estabelecessem direitos preferenciaes applicaveis tanto ás mercadorias colonias como ás metropolitanas.

A India seria o centro da navegação entre a metropole, Macau e Timor; e do mesmo modo serviria de ligação en-

tre estas colónias, Moçambique e quicá Angola.

O assunto pela unidade geral de vistas, com que se debate em diversas agremiações colonias do Paiz não demandaria mais estudos e o Governo que realisasse um tal empreendimento não seria esquecido no Oriente.

A India estão, pois, reservados me-

lhores dias e ainda que esta profecia se não realice Gôa, Damão e Diu, os troféos gloriosos de fé e de valor ios passados descobrimentos e conquistas, continuarão eternamente integrados no solo portuguez, a despeito de todos os esforços ou dos maiores sacrificios que a Nação tiver de empenhar.

ARTUR TAMAGNINI BARBOSA.

A RUPIA E O ESCUDO

Prejuizos para o tesourô da India consequentes da fixação arbitraria do valôr official da rupia — Funcionários na miséria

UM dos mais importantes problemas colonias que demandam immediata e cuidadosa solução por parte do Governo Central, é sem duvida o que diz respeito á questão cambial nas colónias onde a moeda é diferente da metropolitana. Na India Portuguesa, onde a Rupia é a moeda official, temos actualmentemente aspectos muito interessantes em virtude da valorisação da moeda indiana em relação ao Escudo, aspectos que convém estudar para que se avalie a justa as funestas consequencias de se attribuir um valor ficticio, denominado *official*, á moeda que de facto vale no mercado monetário muitas vezes mais e que cada vez tende a subir de cotação.

Se essa politica de cambio dualista rellete desagradavelmente nas finanças da colonia, fere descaradamente os interesses de uma classe de funcionários, que se viram bruscamente a braços com a miséria e cuja situação deplorabilissima merece a mais carinhosa atenção dos Poderes Publicos. Referimo-nos aos funcionários doutras colónias que se encontram na India na situação de reformados, aposentados ou de licença, e que não recebem os seus vencimentos há perto de um ano, por as respectivas colónias não quererem suportar os encargos excepcionais determinados pela desvalorização da moeda escudo.

Donde provio esta situação, realmente tristissima? Examinemos o fenomeno. A Fazenda da India vinha, desde ha muito, pagando pelos seus cofres os vencimentos desses funcionários, considerando o pagamento como um adiantamento efectuado por conta da colonia a que o funcionário respectivo pertencesse, e que reembolsava a India das quantias assim adiantadas por meio de encontro das contas entre as duas colónias. Ora succede que antes da anormalidade provocada pela guerra, o cambio official da rupia a 350 réis estava mais ou menos em

acerto com o cambio real da praça, pois esse cambio oscilou sempre entre 300 e 400 réis a rupia. Nenhum prejuizo resultava para o Tesouro da India liquidando as suas contas com as outras colónias pelo cambio official, nem lucro poderia auferir com as operações, porque, como é evidente, as differenças resultantes das oscilações se tornavam quasi insensiveis.

Não acontece, porém o mesmo actualmentemente. A rupia vale ao presente perto de 10 escudos, isto é, trinta vezes mais do que o valor official de 350 réis. Ora, se a India pagasse aos funcionários doutras colónias os seus vencimentos ao cambio official e fôsse reembolsada das rupias adiantadas ao cambio do dia, segue-se que a India receberia uma importancia 30 vezes inferior áquela que de facto dispendeu. Daqui pode-se calcular o desfalque que a operação representava para os cofres da India.

Exemplifiquemos. Suponhamos que a Provincia de Angola tem na India trinta funcionários do seu quadro na situação de aposentados e cujos vencimentos anuais somam em 35 contos. Os funcionários interessados seriam pagos ao cambio official, como a lei geral lhes faculta, e então esses 35 contos ao cambio de 350 réis importariam *em mil rupias*.

Para liquidar esse debito, Angola pega dos 35 contos que a India adiantou e remete-os, por intermedio do Banco, ao cambio da praça, que é de 10 escudos a rupia. Ora esses 35 contos postos na India, a esse cambio, dão apenas 3.500 rupias, sujeitando-se assim a Fazenda da India a perder 96.500 rupias! Como se vê, seria uma operação altamente ruinosa para aquella colonia.

A India Portuguesa declara, com toda a razão, que não está disposta a fazer mais adiantamentos em rupias naquelas condições e que só estará habilitada a pagar aos funcionarios

doutras colónias quando estas se comprometam a pagar em rupias.

Vejam, por outro lado, em que situação fica a colonia que tem de fazer esse reembolso em rupias. Para pôr na India as cem mil rupias adiantadas, tinha de remeter mil contos, ao cambio do dia, o que provocaria consequencias serias nas suas finanças.

A Provincia de Angola declarou terminantemente que não suportaria esse encargo, inteiramente imprevisto no seu orçamento, determinando que os seus funcionários recebam os seus vencimentos, por procuração, em Angola. Moçambique não se recusa em absoluto; diz que irá fazendo as remessas á medida que as suas disponibilidades em ouro lhe permitam. No entanto, já por conta desses adiantamentos, as diversas colónias devem á India 15 laques, ou sejam 15 mil contos, não permitindo a situação actual da India, ansiosa de se libertar da opressão do seu deficit, fazer novos adiantamentos. E por esta fórma, os infelizes funcionários vivem na India, de... ar, para não dizer que morrem de fome.

Chamaram-lhes já os *famintos de Angola e Moçambique*, tão precária é a sua situação.

No desejo de procurar uma solução que fizesse cessar este estado de coisas o Governo da India sugeriu ás estações superiores uma fórmula que não podia ser mais digna nem mais justa. Deixava de subsistir o velho regimen de encontro de contas entre o Estado da India e as restantes colónias. Cada débito á India e desta ás colónias interessadas passava a considerar-se como um emprestimo entre elas realisado, na moeda em que tenha sido efectuado, ao juro da praça, amortizavel em 20 anos.

Desde a execução do acordo que se suggeria, os encargos das diversas colónias entre si seriam satisfeitos pelas

filiais do Banco Nacional Ultramarino, mediante titulos processados nas colonias onde os adiantamentos tivessem de realizar-se, devendo para esse efeito do Governo da Metropole entender-se com a sede do Banco sobre a melhor forma de se efectuarem, com regularidade, todos os pagamentos na moeda da colonia em que os funcionarios residirem, garantindo-se os respectivos direitos adquiridos.

O projecto respectivo está ainda pendente do estudo superior. No entretanto afirma-se que o Conselho Colonial tem entre mãos uma outra base para solucionar a questão, segundo a qual os funcionarios doutras colonias residentes na India perceberiam um vencimento igual ao que recebem funcionarios de identica categoria, e em identica situação, em serviço naquele Estado.

Não há duvida que ficam desta fórma minimizados os encargos das colonias interessadas, embora com prejuizo dos funcionarios respectivos. Mas antes uma andorinha na mão do que duas a voar... dis o prudente ditado. Que venha, pois, quanto antes esta medida acompanhada de uma outra que determine a maneira de nunca ficar

suspensa a remessa dos fundos respectivos, para que cesse sem delongas este quadro flagrante de miséria e de vergonhas...

E' este um dos aspectos mais curiosos do regimen do cambio dualista. Há outros, ainda mais interessantes, em que se patenteiam bem claro os prejuizos enormes para o Tesouro da India. O funcionario que é transferido para outra colonia, tem direito a receber um adiantamento equivalente a 3 mezes de vencimentos para despesas inerentes á viagem e de instalação. Se esse funcionario, por exemplo, tivesse direito a receber um adiantamento de 3.500\$, ele recebe da Fazenda da India 10.000 rupias, ao cambio oficial de 350 réis. Partia para a sua colónia e daí remetia em sucessivas prestações, não as 10.000 rupias adiantadas mas 3.500\$00 que transferidas para a India, ao cambio da praça, dão 350 rupias, perdendo assim a India 3.150 rupias!!

Esse prejuizo veiu a India suportando por muito tempo, até que recentemente o actual ministro das Colonias, — e honra lhe seja — compenetrando-se da monstruosidade financeira que a transacção representava, e atendendo a reclamação da India, obrigou os

funcionários beneficiados com tais adiantamentos a reporem em rupias.

Mas não acabou. Tornam-se extensivos para determinados funcionarios em serviço na India vencimentos, soldos e gratificações dos funcionarios pertencentes aos quadros gerais ou da metropole, não se reflectindo que se o escudo está desvalorizado, esse mesmo escudo não sofreu alteração na India para os efeitos das finanças officias, pois que continua a valer o que antes valia, isto é, a rupia a 350 réis.

De tudo isto resulta que urge acabar com o valor ficticio e inteiramente arbitrário dado á rupia, e que todas as despesas feitas na colonia sejam nessa moeda, confeccionando-se o orçamento na moeda privativa. Segundo se lê nos jornais, está sendo estudada uma fórma de se obviar a esses inconvenientes, tendo o distinto colonial sr. Ferreira da Rocha apresentado um projecto que, nas suas linhas gerais, satisfaz o fim em vista. Tão urgentes medidas não podem nem devem tardar. Elas tem de ser promulgadas immediatamente, para que cesse esse estado de coisas que em não pequena parte contribue para a desorganização financeira da India Portugueza.

ROBERTO BRUTO DA COSTA

P. Santos Gil, Limitada

Importadores de Material Telegrafico e Material Ferro-Viário de toda a espécie:
LOCOMOTIVAS, ZORRAS AUTOMÓVEIS, CARRUAGENS, TRACTORES AGRICOLAS, ETC.

Conserva stocks permanentes para entrega imediata

FABRICANTES *Koppel Industrial Car & Equipment Co., Ltd.*
Pennsylvania Car and Manufacturing Comp.^a

Secção de construções

Ladrilhos e Azulejos em lindos desenhos e cores Muralo «Murie», preservativos de madeiras em variadas cores, telhas e chapas de asbestos, etc., das melhores marcas.

Secção de Madeiras

Possuimos em armazem, para entrega imediata, madeiras da Provincia das melhores qualidades, em pranchões, barrotes e taboas, assim como travessas para caminhos de ferro, paus para minas, etc.

Secção de Productos

Compramos e exportamos toda a qualidade de productos da Provincia, tais como: Milho, Mapira, Copra, Amendoim, etc.

Estancias e Armazens Alfandegados ao Kilo metro 1 para Deposito de Mercadorias.

Officinas de Serração, Fabrica de Mobílias, Portas, Janelas, Aros, etc. movidas a Electricidade.

TELEFONES | Escritorio 400
Estancia 493

LOURENÇO MARQUES

Companhia de Moçambique

Comunicações Ferro-Viarias — BEIRA

Porto dos territorios da Companhia de Moçambique e o principal da Rhodesia do Norte e do Sul-Katanga Belga. — Protectorado da Niassalândia e vale do Zambeze



Exportação de milho da Beira

Durante o ano do 1923 foram exportados pelo porto da Beira 1.250.000 sacas de milho. Desse numero 797.000 sacos provinham da Rhodesia e 387.000 do territorio da Companhia de Moçambique. Estes importantes embarques indicam que a Beira está mantendo a sua posição de segundo porto cerealifero da Africa meridional e oriental



Macau

SOBRE AS OBRAS DO PORTO DE MACAU

(Resumo historico e situação actual)

O porto de Macau foi outr'ora o centro comercial do Extremo Oriente nas suas relações com o mundo inteiro.

Da importancia destas relações se poderá ajuizar recordando os respectivos elementos de avaliação que, já em época de decadencia, começaram a ser fornecidos pelas estatísticas officiais, só organisadas desde 1880.

Por elas são referidos, como médias anuais e para o periodo dos quinze primeiros anos da sua publicação, os valores da importação e da exportação de mercadorias, respectivamente, nas somas de cerca de 15 e 12 milhões de patacas e, o movimento de embarcações, em mais de 5.000, entre navios d'alto bordo, vapores de cabotagem e veleiros chineses (lorchas).

Por virtude do sempre crescente assoreamento da rada e canais de navegação, jamais contrariado por obras e outros meios de defeza, aquele nosso porto colonial, de animadoras condições como entreposto do referido commercio, foi perdendo as suas qualidades e, caminhando de mal a peor, forçou os navios de maior calado a, cada vez mais, se afastarem da terra firme, escolhendo fundeadouro num mar desabrigado a algumas milhas da mesma, — obrigou os vapores de cabotagem, nas carreiras regulares de Hong-Kong e Cantão, a fazerem depender, as suas entradas e saídas, das horas das maiores marés, — não permitiu que, nos canais de Malau-chau e da Taipa, outras embarcações transitassem além das lorchas, — limitou a serventia do canal de Tam-shau ás pequenas lanchas e botes (tankás), — viu ampliada sucessivamente a faixa de vasa ao longo dos cáis, — e, enfim, abandonado a si mesmo, patenteou, de ano para ano, um constante agravamento de todas estas deploraveis circunstancias de desvalorização e descrédito.

Mercê das instancias dos governadores locais junto do governo central, os preliminares, para a realização daquelas obras e meios de defeza, surgiram em 1883 no ante-projecto Adolfo Lou-

reiro, ao qual, posto de parte por ter sido considerado como grandioso, succedeu, em 1907, uma recolha de novos elementos de estudo pela missão Castel Branco, em que foi decalcado o projecto Vasconcelos Porto de 1908, cuja apreciação, em 1910, provocou o plano de melhoramentos Miranda Guedes e, no ano de 1913, o projecto Castel Branco-Lisboa de Lima.

Levada até Macau a noticia da aprovação deste projecto, com ela rejubilaram os nossos compatriotas da colonia, porque viram cessado o longo periodo de 30 anos consumido nos estudos referidos, durante o qual, por vezes, alimentaram a descrença na possibilidade da realização de tão importante como necessário melhoramento.

Sendo três os aspectos principais sob que teria de ser encarada a execução da obra — o técnico, o económico-financeiro e o politico, — do primeiro nada interessa dizer, através dos estudos referidos, com os quais mais uma vez foi posta em evidência a competencia dos engenheiros distintos que os realizaram, senão que, para alguns, se impunha um maior desenvolvimento em determinados assuntos e, para todos, como cauteloso preliminar de trabalhos «in loco», uns exames prévios, para as consequentes correcções de certos detalhes; do segundo se fará apêço com as citações de que algumas questões económicas havia a aclarar antes da execução da obra tomar maior incremento, e de que não foi com base em oscillações da situação financeira da Colonia, de há muito desafogada e apta a occorrer aos encargos com tal execução, que teve razão de ser a instabilidade no custo dos trabalhos previstos, o qual foi calculado em 2.250 contos no ante-projecto Adolfo Loureiro, em 280 contos no projecto Vasconcelos Porto, em 2.000 contos no plano Miranda Guedes e em 2.600 contos, apenas para as duas primeiras das suas três fases de execução, no projecto aprovado; finalmente, do ultimo tudo se esclarece em poucas palavras.

como convém pelos naturais melindres que o assunto envolve, referindo, não só que, para o porto de Macau, além de poder funcionar como centro de pesca e de transitio moderado para serviço de forasteiros, se deveria pretender, de começo, embora com a previsão duma possível ampliação futura de funções, a situação de auxiliar commercial do porto de Hong-Kong, para o qual canalisaria toda a exportação dos territórios chineses que melhor pode servir e do qual receberia toda a importação destinada a ser distribuída pelos rios e canais desses territórios, mas tambem que tal objectivo se teria de atingir, enquanto novos acordos internacionais se não estabelecessem, dentro dum critério de execução de trabalhos que, no respeitante a territórios e aguas em litigio, quando muito, aspirasse ao restabelecimento das condições em que, uns e outras, se encontravam á data do tratado com a China de 1887.

Principiadas as obras do porto, graças a um rasgo de grande iniciativa do falecido governador Carlos da Maia, — cuja memória, o autor destas linhas, benevolmente acolhidas na «Gazetas das Colónias», como macaense que se honra de ser e numa interpretação, que julga fiel, do sentir dos seus conterraneos, recorda com gratidão e saudade, — logo surgiram, em contraposição ás facilidades locais, certos embaraços provocados pelo governo da Metropole e oriundos duma questão que, apesar de esclarecida perante o Parlamento sem que por qualquer fórmula ficassem depreciados os actos administrativos e a dignidade daquele desventurado portuguez, teve o seu termo infeliz com a exoneração que lhe foi dada do alto cargo que então exercia e com a publicação do decreto n.º 3.539 de 1917.

Se a doutrina deste decreto poderia, embora discutivelmente, ser aceite na hipótese de estarem concluidas as obras do porto e convenientemente realisada a sua exploração commercial, por insubsistente se teria de considerar no

momento em que tais obras estavam em inicio, e que foi quando ela se estabeleceu, porquanto, englobando num unico organismo todos os serviços de engenharia da Colonia sob a alegação de que, perante as obras a realizar no por o, as demais obras publicas constituíam uma parcela de trabalho bastante reduzido, não era de admitir que, quem daquelas se estivesse occupando, por vezes tivesse de desviar as suas atenções para outras que não tinham a somenos importancia indicada, como eram, por exemplo, entre muitas mais, as das canalisações de aguas e esgotos, tambem em execução ou em estudo em Macau e exigentes, como é notório, de constantes cuidados especiais.

Foi por esta razão que o signatário deste artigo, estando em situação de o poder fazer, suspendeu, em 1918 e pelo decreto n.º 4:277, aquele outro diploma, constituindo,—ouvido o referido governador após a justa reparação dada: na sua recondução ao cargo de que fôra destituído no qual depois se fez substituir, e alguns coloniais e técnicos competentes,—a Missão de Melhoramentos e o Conselho de Administração dos Portos de Macau em condições, completadas com instruções privadas, que supôz, e ainda hoje supõe, serem as mais convenientes para o fim que se pretendia atingir e para os interesses e boa posição da Colonia em relação ás vizinhas administrações locais estranhas.

A previsão da necessidade de actualização do projecto aprovado ficou consignada neste ultimo decreto e, por ella, a citada Missão ponde elaborar o seu plano d'obras sem o prejuizo da montagem dos serviços e do prosseguimento dos trabalhos já iniciados, sempre com mira no principio de ser evitada qualquer reclamação que tivesse visos de justificação e em obediencia ao critério, então insistentemente recomendado pelo governo central, de se fugir á empreitada geral, preferindo a esta o sistema mixto de administração e empreitadas parciais.

Sempre assim se procedeu emquanto tal decreto permaneceu em vigor, isto é, até meados de 1919, constatando-se, nesse periodo, uma perfeita unidade de vistas entre aquele governo e a Colonia, á qual se deveram os bons resultados obtidos com a sua applicação, o satisfatório andamento dos serviços a que especialmente dizia respeito e o regular funcionamento dos restantes de obras publicas que daqueles voltaram a ficar separados como era myster.

Cessou, porém, esse periodo, durante o qual tiveram importante avanço as obras do porto, quando á Colonia chegaram os ecos da transformação politica no referido ano operada na Metropole, á qual, numa scie de destruição de propósitos que, quanto ao assunto, estavam provando bem, determinou a demissão do respectivo governador e a extinção da Missão de Melhoramentos com o consequente regresso a Lisboa do seu chefe, que a isso fôra forçado pelo restabelecimento da fusão dos serviços respeitantes áquelas obras com os das demais obras publicas.

Os embaraços, provocados pela parte destas decisões que directamente interferiram com o problema do porto, levaram o governo a reconsiderar no que a tal respeito fizera e originaram, uns mezes depois, o regresso a Macau do citado e illustre chefe da Missão de Melhoramentos, sr. Almirante Hugo de Lacerda, com a precisa autonomia para todos os trabalhos a seu cargo.

Graves acontecimentos ocorreram depois com a China. E Macau, obrigada a abandonar uma parte dos trabalhos já executados no seu porto interior, teve de encarar novas modalidades para o respectivo plano d'obras, as quais foram estudadas por aquele distinto official e seus valiosos auxiliares, sendo mais tarde admitida na Colonia a ideia, que para muitos foi e ainda é motivo de apreensões, da acção do regimen duma grande empreitada para a execução da parte das obras previstas no porto exterior, acce-

tação que posteriormente se registou confiando-se essas obras a uma companhia holandeza.

De então para cá, se, por um lado, os trabalhos teem prosseguido por forma apreciável sob a habil direcção e fiscalisação dos técnicos que neles superintendem, o que prova as excellentes qualidades profissionais de que são dotados, por outro há indícios de que, cada vez mais, a Colonia se afasta da justa compensação que merecia obter do enorme sacrificio de dinheiros que está fazendo com os melhoramentos no seu porto. Estes indícios, forçoso é dizê-lo, nascem tão sómente de erros da administração superior que em Macau se tem exercido nestes ultimos anos e que, resumidamente, consistem, além da discutível decisão tomada sobre aquela empreitada: na dependência em que se pretende colocar, o andamento das obras, do agrado da colonia ingleza vizinha, não derivada dum prévio acôrdo entre os dois países em que vantagens mutuas se estabelecessem, mas duma subalternisação em que o governo de Macau, n'um abuso de atribuições, se collocou, neste caso, perante o de Hong-Kong; na falta de conhecimento das mais convenientes relações com a China para se destruir as más vontades que por vezes se teem manifestado e para se preparar uma melhoria das condições económicas de exploração do porto quando concluído; e, finalmente, na perigosa ideia de se pretender entregar a sua administração a uma companhia internacional.

A defeza dos interesses de Macau, que é, orgulhosamente, terra bem portugueza e de tradições gloriosas e, dentre todas, a mais leal, não pode ser descurada; muito há que acautelare nesta questão das obras do seu porto para que, da insistencia nos erros acabados de enumerar e da prática de outros, já esboçados ou que ainda possam ser produzidos, a Colonia e o Paiz não tenham de sofrer sérios dissabores.

JOÃO TAMAGNINI

Seromenho, Silveira & Carvalho, L.^{DA}

Codex: A. B. C. 5.ª Edição et BENTLEY'S

Especialidade em conservas de peixe
Fabricas nos melhores sitios de pesca
Fabricações esmeradas

Calçada de S. Francisco, 23, 2.º
LISBONNE

Especialité en conserves de poissons
Usines sur les lieux de pesche
Qualité choisée

Telegramas: SOSICAR—LISBONNE

Specility preserved fish
Factories on the best fishing spots
Highest quality

Luso-Colonial, Ltd.^a

ROSSIO, 93, 3.º

LISBOA

Codigos { Ribeiro
A. B. C. 5.ª Edição

Tele { fone NORTE 812
gramas MILABREU

IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

VINHOS DE CONSUMO E LICOROSOS
CONSERVAS, GENEROS COLONIAIS

Dão REFERENCIAS BANCARIAS — Pedem correspondentes nas colonias portuguezas

Agentes nas principais praças europeias.

Sucursal em ANVERS. Longue Rue Neuve, 16

Timor

O PROBLEMA ECONOMICO DE TIMOR

e os processos administrativos dos holandeses no extremo oriente

Era desejo nosso, de vejo que até final esperámos ver satisfeito, que esta secção fosse aberta pelo illustre Governador de Timor, ainda na metrópole, o Sr. Coronel Raimundo Meira.

Era a quem de direito, pertencia tal logar. Sua Ex.^a porém, por motivos que muito respeitamos, não pode dar nos a honra que havíamos solicitado.

Por que era uma questão de direito, entendemos dever esclarecê-la.

Iniciamos a publicação da memoria apresentada ao 2.º Congresso Colonial pelo Capitão Maximo Sezinando Ribeiro Artur, ex-chefe dos serviços militares de Timor, e que nesta provincia exerceu tambem os cargos de Comandante militar de Lautem e Suro e da fronteira luso-holandesa.

NUMA primeira conferencia sobre a Provincia de Timor, realisada na Sociedade de Geografia, fiz uma descrição geral da colónia e procurei, recorrendo a projecções, estabelecer um mais intimo contacto com os múltiplos interessantes aspectos da sua paisagem, costumes indigenas, vida dos funcionários europeus, etc. etc. Tratando por aho o problema da administração cheguei tambem a conclusões que resumirei assim:

a) A Provincia de Timor é a melhor das colónias do Oriente.

b) Embora muito destacada da metrópole, que quasi a desconhece, esta colónia tem não só um futuro possível, mas um futuro desafogado.

c) Não obstante a divisão da ilha entre a Holanda e Portugal, a situação insular da colónia liberta-a de circunstancias de interdependencia que nos possam forçar á desnacionalisação e só a ganancia de alguns e a apatia do governo impedirão o seu natural desenvolvimento dentro da velha tradição portugueza e de interesses exclusivamente portuguezes. Embora com a sua modalidade caracteristica, Timor, deve ser uma terra tão portugueza como são Cabo Verde ou S. Tomé.

d) Que deve manter-se e firmar-se a tradição já existente de um regimen politico Suzerano.

As unicas possibilidades da rapida valorisação, estão para nós dentro do respeito pela sociedade indigena; a destruição desta sociedade será o caminho da desnacionalisação e venda como sucata.

e) A colónia pode desenvolver-se dentro do «Self supporting principle» e, consequentemente, com uma organisação adequada, dispensar subvenção,

f) Que, sob o ponto de vista da administração econó-

mica, o seu problema é sobre tudo um problema de organisação do trabalho indigena.

E' ao trabalho indigena não assalariado, que se devo o relativo estado de adiantamento de Timor.

A parte desse trabalho aplicada em obras públicas constitue o mais valioso dos impostos, pois tem ficado integralmente na posse de Timor, ao passo que o imposto em dinheiro só tem servido para arruinar a colónia, visto que de uma forma exaustiva tem, sem conta, peso, nem medida, sido drenado por funcionários de «torna viagem» para a India e para a Metrópole.

A parte de trabalho indigena não assalariado, aplicada á agricultura em proveito dos próprios indigenas, é de capital importancia, pois que Timor é essencialmente uma «Fazenda», isto é, uma colónia de produção agricola para exportação.

g) Que o desenvolvimento da colónia dentro destes principios economicos e politicos não representará para nós apenas a honra platónica de uma missão civilisadora a cumprir, mas a riqueza para o Estado e o meio que permitirá a fixação em Timor de muitos portuguezes, ex-funcionarios, que encontrarão occupação no comércio, agricultura, etc.

E' desenvolvendo-o dentro destas linhas em que ficou esboçado, que tratarei mais detalhadamente o problema administrativo de Timor.

Começarei pela base, pelo regimen de terras e de trabalho que é o ponto principal de todo o sistema colonial.

Nenhuma administração proficeua, nenhuma justiça directa podem com efeito existir, sem o conhecimento basilar das populações, mormente quando se trata, como em Timor, de sociedades fortemente hierarquisadas e disciplinadas que tem resistido e se tem sabido renovar atravez todos os ataques e destruições e, perante os abusos e violencias, tem tantas vezes deixado pela rebelião armada o seu aparente vencimento e passividade.

Sem o interesse que resulta do conhecimento da população das suas aspirações e necessidades não ha governo nem legislação que não procedam inconscientemente e não façam grandes males na imperfeita e confusa percepção das consequencias, que envolvem a execução das ordens e determinações.

Inisto neste ponto porque a sociedade indigena está em Timor muito acima de Africa e se torna ali necessário governar mais por baixo.

Na ordem das coisas militares costumamos dizer, que comandar é, entre outras coisas ajudar.

Assim significamos a indisposição das ordens inoportunas e desastradas consequencia, do afastamento entre os que comandam e obedecem, cujas necessidades morais, fadiga e possibilidades de esforço são muitas vezes injustificadamente mal conhecidas.

A carta organica, as bases que tem presidido á admi-

nistração da colónia e grande parte da legislação desconhecem estes principios e não cuidando senão das conveniências officiais e burocráticas, desprezando a análise e o fructo da experiencia, ou guiando-se por idéas filantrópicas de character teórico, são, ainda que produzidas por homens incontestavelmente inteligentes, os mais incongruentes e extraordinarios documentos que podem imaginar-se.

E como se não bastasse esta falta de adaptação, esta abstração da indole particular de cada colónia, outros males veem acrescentar-se, entre os quais avulta a exonegação ao sabor da politica de governadores experimentados e competentes e a invazão em massa de novos e por vezes curiosos e inuteis funcionários, que pelo seu numero, desnortheação e inexperiencia reduzem a cácos toda a tração administrativa.

A administração de Timor, (se tal se pode chamar), entre 1918 e 1923 é o tipo acabado destes phenomenos a que, dado o estado m lindroso da colónia, exige por termo, reatando se e aperfeiçoando-se os métodos de 1918. que é necessário consagrar e apoiar por uma legislação não ambigua.

♦ ♦ ♦

Ainda que eles, pela sua moralidade se apartassem e fossem alem da velha escola holandeza, por demais despida de escrúpulos e preconceitos, pois só visavam os beneficios indirectos nascidos da prosperidade geral, é contudo evidente que as circunstancias de meio assás semelhantes, criam pontos de contacto entre as duas escolas e torna-se possível e muito vantajoso o estudo comparativo entre elas.

E assim propondo-me descrever esses métodos, procurando mostrar a sua inteira viabilidade e utilidade, vou desviar-me aparentemente desse caminho para me lançar numa descrição do sistema que, servindo de ponto de partida aos holandezes, arrancou Java da ruina e marasmo para o estado de prosperidade e riqueza actualis.

O conhecimento dos principios colonias que guiam os nossos visinhos do Extremo Oriente é, de resto, indispensavel a todos aqueles que tem de lidar com os interesses e negocios de Timor, quasi engravada no meio do Imperio das Indias Orientaes, cujas cidades de Batavia e Socra-baia produzem nos portuguezes que seguem á nossa colónia uma agradável impressão e a convicção de um decisivo exito.

Não se trata, porém, de copiar nem de apresentar as idéas dos outros como panacea contra o que impudicamente tantos se comprazem em chamar a nossa incompetencia.

Um dos valores moraes que fortemente eu vi enraizar-se na consciencia colectiva dos portuguezes de Timor, entre 1912 e 1918, foi o desdem por qualquer citação de autoridade, fosse ela francesa, inglesa ou holandeza, e o respeito pelas nossas tradições.

Não era, o fructo de um patriotismo de má qualidade e exaltação vã, mas a resposta de pessoas seriamente empenhadas em trabalhar, ás criticas e aos criticos frivolos.

Os processos colonias dos holandezes são evidentemente caracterisados por uma grande justaposição ao meio; ora Timor, não só no mundo fisico mas ainda no character asiatico e feudal das suas insituições malaias, assemelha-se ás outras terras da Insulindia na posse da Holanda.

A CONSTRUTORA, L. da

Capital realisado: 2.500.000\$00

Séde em LOBITO

CAIXA POSTAL N.º 10

Filial em BENGUELA

CAIXA POSTAL N.º 32

Delegação em LISBOA: Rua dos Fanqueiros, 235, 2.º-Esq.

Telefone n.º 2772

Telegramas | Rodrivalho — LISBOA
Construtora — LOBITO

GERENTES EM:

AFRICA

Sousa Lara & C.ª Ld.
Joaquim Duarte

LISBOA

José Rodrigues de Carvaiho
Mariano Machado

Deposito de materiais no Lobito e Benguela

Encarrega-se de construções no Lobito e ao longo do Caminho de Ferro desde o Lobito até ao Bié (Silva Porto) Kilometro 627

ARTE

DR. CARLOS AMARO : : : : :
LUIZ MOITA : : : : :
JOSÉ AUGUSTO MELO VIEIRA

TEATRO — LITERATURA — MUSICA — PINTURA, ETC.

As colónias não são aquilo que ainda hoje, infelizmente, muita gente pensa, — meios vedados a toda a forma de sensibilidade artística —.

Tudo quanto seja uma manifestação do «Beleza», lá encontra repercussão.

Se as condições materiais dos meios coloniais não permitem, em regra, a posse directa dos elementos duma intensa vida psíquica, nem por isso, lá fóra, se deixa de pensar e de sentir...

Pensa-se, e sente-se... E porventura até, lá fóra a sensibilidade é acirrada naquele contacto mais íntimo e mais continuo com a natureza, naquele afastamento desta irrequieta Lisboa, que tanto desejamos deixar e de que começamos a sentir a saudade apenas se nos esfumam na retina as últimas imagens da casaria e se manifestam os prenúncios do «enjoio» do «sair a barra»...

Lá pensa-se e sente-se; e á falta da observação directa, tomam-se com enorme interesse as notas, que de cá vão, vestem-se de detalhes e passa-se pelo espirito, como que numa cinematografia, a vida artística lisboeta, as suas movimentadas estreias, as exposições de arte, o ocaso dum astro, o despontar doutro, nos horisontes do teatro, da literatura, da pintura, da musica.

E vive-se numa ilusão que não deixa obliterar as tendencias artisticas e que se sobrepõe ao amargor do afastamento.

Dar essas notas aos colonos é pois um trabalho que tem uma razão de ser, e esta «Secção de Arte» não é porisso uma inutilidade; mas ainda quando o fosse a conservaríamos, como se conserva uma cousa sem utilidade, mas que se tem e se estima por ser uma forma de beleza; porque esta secção tem que ser assim, entregue como é ao brilhante espirito critico e á fina análise do Dr. Carlos Amaro; ao estudo consciencioso de Luiz Moita, um novo que vai depressa, mas com passo firme, conquanto tenha já na sua carreira uma «Derapagem» — a bela peça que produziu em parceria com Oliveira Mota —; á cuidada observação e espirituosa critica de Melo Vieira, que tanto pensou como nós dissemos, que aquando da Campanha do Cuamato, em que este, nosso querido amigo ganhou a sua Torre e Espada, numa completa despreocupação dos perigos e num grande culto da alegria, organisava representações, em que as honras de «estrela» lhe cabiam sempre, por certo.

SEMPRE MOÇOS

E' curioso reparar como esta nossa gente que lá dobrou o tormentoso cabo dos cincoenta, nos aparece moça, forte, ingenua, com uma desenvoltura e graça que nos enche a nós, os quarentões, de triste inveja, e cobre de vergonha essa juventude que para aí anda, e que parece que nada ama, nada espera e nada sonha.

Ainda agora mesmo estive a reler por acaso, umas paginas dum pequenissimo livro dum pianista muito grande: do sr. Rey Colaço. Que bonito e desprentencioso modo de escrever, dizendo como calha, aquilo que sente, e cheio de entusiasmo e, por vezes, de tão inesperada elegancia e de tão ingenua alegria!

Não tenham duvidas: quem quizer hoje conversar com rapazes de talento, e rir á larga, e ouvir coisas belas, de amores, de musica, de quadros, de livros, de teatro, há-de ir á procura de moços maiores de cincoenta anos: talvez de Antonio Arroio, o mui sabedor, talvez do Gualdino Gomes, o ultimo homem que ainda sabe falar de mulheres. E saber falar de mulheres com vermelho amor, e graça, e magua e sem infamia, é, na verdade, uma rara obra d'arte, que só elegantissimos espiritos realizam.

Encontrar num acaso o dr. José de Magalhães, é encontrar aberta uma biblioteca rica, em que até os mais velhos livros tem a nitidez e a frescura dos livros novos, tudo disposto e catalogado por uma formidavel intelligencia, mas sem que a rigidez dos metodos jámais secasse a paixão pelas ideias, e em que tudo é vivo e religiosamente amado — tudo o que no mundo se tem pensado e tudo o que no mundo se tem sentido.

E outros nomes me acodem aos bicos de pena humilima, sem eu mesmo querer: aquele de Coimbra, Antonio Augusto Gonçalves, e que é, já agora, um dos mais queridos nomes de Portugal. Que rapaz de vinte anos — e suponham mesmo que era possível aos vinte anos saber alguém o que que ele sabe — que rapaz de vinte anos seria capaz hoje de escrever livro semelhante a aquele seu ultimo livro? Que imarcessivel e tremante amor pela Beleza, que desen-

volto e jovial sacristão, ele me parece, ora reverenciador, ora infantil, batendo palmas de alegria ante os seus humildes iconos de pedra, ou em grande Bispo, deixando cair as Benções, em largos, luminosos gestos helenicos...

Vejam se Reinaldo dos Santos, e mais sabe um inferno de coisas com que vai recamando a sua rara e vivissima intelligencia — vejam lá se quando escreve, sabia e lindamente, é homem para nos dar aquele sagrado entusiasmo, aquela atmosfera de encanto que o velho Gonçalves cria para nos bem, sem talvez saber como, sem mesmo saber porquê.

Como o grande Gabriel Pereira, ele é um fortissimo escritor... sem dar por isso...

E aquele de Tokushima? Aquele que se exilou, parece que só para melhor sentir a Saudade? Onde viram já coração mais moço?

Há talvez por aí muita mulher que ainda não leu o seu ultimo livro!

Diz Anatole — outro de oitenta anos! — que a Imitação de Cristo é eterna porque é um livro de amor.

Das ultimas paginas de Venceslau Moraes se pode dizer o mesmo. Tenho-os juntos um do outro, o livro de Deus e o livro das japonesas, pois que o autor cristão e o pagão impenitente que é este sr. Venceslau, penso que, no fundo, se entendem ás mil maravilhas. Ambos amam e ambos sofrem. Estimam-se com certeza. E parecem-se como duas lagrimas!

Creio mesmo que conversam, pela calada da noite, junto á minha cabeceira. Parece-me que, ás vezes, os ouço a chorar baixinho, e, outras vezes, como que os vejo sorrir.

E' que junto deles, está tambem Anatole...

E, Deus meu, porque é todas as almas, que dizem que criaste, não serão todas assim?

♦ ♦ ♦

...Mas ha mais desta gente sempre moça, e de que já agora, me não dispensarei de falar:

Ali, na Exposição de pintura, procurem uma aguarela de Columbano — o Mestre incomparavel. E digam-me se já viram mais

fresca flôr, branco e rosa a propria luz a pintou, que não vejo lá rasto de pincel, nem sombra de artifício, e o artista, parece não fez mais do que assistir ao milagre. Obra prima de simplicidade e claudade, que em vez de pelo nome de Columbano, deveria antes ser assinada por: Luz da Manhã, tantos de tal... E digam-me ainda se o Alves de Sá, que é seu visinho naquele feliz pedaço de parede, com ser tão rico artista e tão alto principe nos reinos da aguarela, não parece bem mais velho, mais melancolico, quasi triste, ao pé daquelle quadrinho do Mestre. Não lhes estou falando em critico, claro está, nem comparando meritos, o que seria estúpido e grosseiro; só falo da mocidade de cada um e aqui o mais velho é, sem duvida, o que resulta mais moço!

E passa a vida a queixar-se, consumido de duvidas, este homem, cujos quadros, parece que nem é já ele que os pinta, pois é a propria vida que lá desabrocha, submissa enfim aos seus caprichos de artista insaciavel!

E não o castiga Deus, nem o Demônio!

Que Eles tambem ainda não castigaram um outro, Mestre das letras, que a falar português ensinou Virgilio e os pastores de Anacreonte, — o dr. Coelho de Carvalho, grande de Espanha, e mui antigo rei dos Algarves, que para melhor conversar com o seu Doutor Fausto, tingiu de branco os cabelos, apezar das dezoito primaveras eternas que lhe andam a toda hora a desmentir as pinturas...

E mais, e mais: Ponham a seriedade, a intelligencia, a justiça e o incansavel labor de cem anos, num moço de trinta, cheio de fé no saber e no trabalho, e tem o nobre e sabio historiador Lucio de Azevedo.

E que mais bela e harmoniosa juventude querem os senhores, do que aquela que alumia e aquece a obra imortal de Joaquim Bensaude, que nos andou descobrindo a nós proprios, ensinando-nos qual foi o nosso veridico valor, nosso estudo e Sciencia, acabando, duma vez para sempre, com a velha pretensão dos alemães em serem Mestres dos nossos navegadores, pretensão que Portugal já submissamente aceitara como coisa certa, e ainda, ha anos reclama-

da fôra com orgulho pelo Kaiser, em ple na sala da nossa Sociedade de Geografia?

Que entusiasmo paciente, que devoção, que mocidade espiritual é precisa para tão longos, difíceis e trabalhosos feitos!

Pois então Joaquim Beusauze é um velho? Acaso os seus livros maravilhosos são obra de velhice?

E' velho Anselmo de Andrade, cuja se-gura e larga prosa, Fialho preferia á prosa de Eça de Queirós?

Viajante de Espanha, melhor do que Gautier, sabio illustre entre os sabios da Economia, á hora em que Clemenceau, o homem mais moço de todo o mundo, caçava tigres na India, passava ele, de capote, gai raios em pontas, num pateo da Chamusca, á porta fechada!

Velhos hein! E a Gago Coutinho, que me dizéis, oh esganiçados mocinhos de hoje em dia?

Quantos anos, Deus Santo, são precisos, para aprender a ser moço!

... Visitar o Dr. Brito Camacho agora que está doente, é reviver aquellas visitas que faziamos, nos tempos da escola, a algum estudante ligeiramente enfermo, e que muito respeitassemos pela nobreza excepcional do caracter ou pelo brilho do demarcado talento. A propria doenca redundava em alegria e conversa larga.

E' que desde que arrancou da carne em sangue o cilício de mil puas de Política, a sua grande bonhomia apparece limpa e senerosa, não há sombra duma queixa, um largo sopro de juventude perpassa e illumina cada recanto de palestra. A graça viva e pronta, realça a cada instante, paciencendo que afinal, velhos e doentes só somos nós e os que á saída encontramos na rua, e que é lá, em casa do enfermo, que ficou o sangue moço, e a saúde e a confiança.

E então, amigos meus, que me dizem vocês a esse espantoso escândalo que é, para vergonha de nós todos, o Dr. Ricardo Jorge?

Onde é que se viu, de egregio dilettanti, prosa mais agil e de mais brilho, mais sacudida e forte, em que as proprias palavras, algumas do tempo dos frades, parecem se transmudaram em gnomos saltadores rindo aqui, amuando além, com as pontas vermelhas dos gorritos limpando á pressa alguma lagrima teimosa, para logo nos facetaem a esmeralda das paisagens, das luminosas paisagens entrevistas na vertigem dos *sleepings*, as velhas palavras que, livres dos velhos Dicionarios, vão agora á solta correndo mundo, — e tudo isto sem parar nunca, numa dança açodada e colorida, cabriolando sempre á ordem da vareta do grande Mago, — Fausto e Mephisto *in carne una*?

E ele é historia e é quadros, e é cidades e amigos, e é poesia, e é medicina, e é doutores e regateiras do Porto, e é a Peste, e é o Amor, e é... a Saudade!...

Bolas, meus caros! — por mais que eles todos nos digam que vão descendo a collina, que á beira já estão do vale umbroso e triste, é mentira, jurô, é mentira, por que no alto da montanna é que eu sempre os vejo e escuto, são eles os primeiros que, todas as manhãs, enxergam o sol, e lá em cima os oiço a rir e a cantar, e lá andam fazendo seus olimpicos jogos, de rijos musculos a lançar seus discos, coroados de rosas, banhados de orvalhos, que até as lagrimas que lhes enchem os corações, lhes refrescaram, parece, o cristal das goelas, e lh'o tornam ainda mais claro, mais puro e mais vibrante!

Como diabo é que eles conseguem ser assim, não me dirão?

Porque afinal os velhos, — ai de mim! — somos só nós, e, mais velhos ainda os que têm vindo depois de nós!

FREI CARLOS

TEATRO

BILHETE POSTAL

Meu querido colono:

Não se apoquente. A sua cun-sencia será o menos agreste possível se Você fôr olhando uma vez por outra este: postais que eu faço tenção de lhe mandar. Menos agreste e mais proveitosa talvez que a minha presença aqui, visto a sua imaginação ser fecunda, portanto bom repozitório ás nulas rúpi as, e porque tambem esta presença é aquilo qu: Vo:é conhece, quando aqui vem esperar o melhor momento do seu Vidago ou d' seu Gerez: Um «oficio de corpo presente», sem nenhuma expressão, nenhuma emoção distincta, nenhum instante compensador e violento.

Teatros... Mas Você sabe já. A companhia de A, de B, de Y, de tanto «trello» e «estrela», tão brilhantes, que bastam em cada constela,ção onde o resto tem a tri-teza da stearina. Você já as conhece, bem me recordo, aed: precisamente ha um ano, quando aqui esteve. Há sete, quand. Você partiu, lembro-me bem que estivemos no Republica vendo uma das melhores peças do teatro de Gacosa. Augusto Rosa esse artista in-loidavel que Vo:é tanto admirava, já não representou. Mos estava no fundo dumu friza, mão espalmada no queixo, vendo mover a peça ensaia da por ele — a ultima!, e mover se tambem uma figurinha magra, esvelta, intelligentissima, que por esse tempo tentava os primeiros passos das suas mãos pora fôra... Tempo que já lá vão!...

Agora tivemos aqui de corrida, tres companhias fra cesas. Da ultima, (*Brulé-M. deleine Lely*) está ainda a rerina impressionada, e que impressão saudavel de bom teatro, meu Amigo! Houve, é claro, coisas ligeiras na tourné, cosas para 10 valores... Como se pode evit r estrogos de embalagem, de França para cá, por maus caminhos?... Mas sobretudo que conjunto admiravel, que ensenção cuidada e fluente e sobria!

Ja na tourné d' Krsenty, de Jeanne Provost e Georges Mauloy, houvera uma noite formosa, uma noite rica de conjunto e boa representação com a Tendresse, desse poeta de Bataille... Oh! Meu amigo! Cal Troia nesta Lisboa donde Você fugiu, vai um barulho ensurdecador nos bastidores da cidade, contra as companhias estrangeiras! Quantas razões,

quantos protestos, quantas intenções económicas erguidas nervosamente nas po las aos dedos... Quantos gr-tos no ar, mas sem nenhum prometimento... Rejunte-lhes Você o que promete em troca. Dê-se á estravagança ao menos de mandar á metropole um preto com a lanterna de Deógenes e o recado de procurar um b m conjunto, um bom trabalho, uma boa peça...

E daí... não mande o preto, é melhor. Para a semana eu lhe explicarei porquê.

LUIS MOITA.

S. CARLOS.—Depois de mim. 3 actos de Henry Bernstein (Apres-mois) uma peça que se não aproxima do *Samsão*, nem do *Israel*. Uma peça sem envergadura mas forte e com teatro, traduzida cuidadosamente por A. Horta e Costa e Mouton Osorio, representada com carinho pela companhia de Lucilia Simões e Erico Braga.

NACIONAL. *Hora de Amor*, 3 actos de Edouard Bourdet cuidada tradução de Victoriano Braga. Bom desempenho da companhia societaria.

AVENIDA.—Companhia de Chaby Pinheiro. R-prise da velha e sempiterna comedia de Molière, *Medico á Força*, trabalho admiravel deste nosso interessantissimo actor.

APOLO.—A velha comedia de Gervasio Lobato, *Comissario de Policia* pela companhia de Maria Matos. Desempenho segundo as circunstancias.

EDEN TEATRO.—Uma revista que se eternisa no cartaz: *Fruto proibido*. E' uma revista que o publico sorve nos labios com voluptia e interesse; uma revista que é realmente para o publico um fruto proibido...

COLISEU.—Tem uma companhia de opereta, uma companhia para paizes de moeda desvalorizada. Actualmente conseguiu a sua produção de moeda forte, a que lhe traz fartos aplausos e numeroso publico. E' uma *Bai'adeira*, que distrai fartamente a plateia.

POLITEAMA.—Neste teatro vai Augusto Pina, o conhecido organisador, estrear uma companhia para exploração da epoca do verão. Fazem dela parte varios artistas da actual companhia do Teatro Nacional e será feita a sua estreia com a conhecida comedia *Guerra em tempo de paz*.

TRINDADE.—Abrirá brevemente as suas portas com a companhia de Alves da Cunha. Faz parte dela Henrique Alves e Berta de Bivar. A estreia será e m a conhecida e velha peça *O Papá Lebonnard*.

DESPORTO

Carlos Oscar
da Silva

Poderá a alguém parecer descabida esta secção num periódico com a feição da *Gazeta das Colonias*; para isso porém é preciso que por uma parte se não atenda aos benefícios do desporto regrado como equilibrador das funções, muitas vezes alteradas pelas próprias formas de actividade professional, onde quer que essa actividade se aplique; e que por outra parte, se desconheça o desenvolvimento que as praticas desportivas têm tido nos meios coloniais.

Hoje encontram-se nas colónias alguns dos melhores elementos desportistas metropolitanos, os quais *viciados* nesse belo regime — que é o duma cuidada cultura física — por lá têm lançado a semente da devoção pelo desporto, semente que frutifica com a exuberancia característica da vida naquelas regiões.

E' mais um factor de colonisação.

Prestes Salgueiro, Carlos Sobral, Abel da Cunha e tantos outros, são hoje nas colónias os propagandistas das praticas a que tanto se dedicaram e em que tanto brilharam na metrópole.

O «foot-ball», a esgrima, o remo, o «tennis», o «box», como outros ramos de exercicio, praticam-se nas colónias com um interesse sempre crescente. Numerosas associações desportivas estão disseminadas pelo Ultramar, entregues todas a uma actividade que lhes faz prever um largo desenvolvimento.

Isto é, presentemente, nas colónias portuguesas o desporto está tanto nos usos como na metropole; e assim, o intercambio de noticias e ideias tem um interesse tal, que bastará para justificar a existencia desta secção, que entregamos á reconhecida competencia técnica de Carlos Oscar da Silva.

Portugal e os jogos da VIII Olimpíada

O Comité Olimpico Português, presidido pelo senador dr. José Pontes, trabalha activamente na representação de Portugal nos jogos de Paris, tendo para tal efeito oficiado a todas as Federações pedindo que lhe sejam fornecidas listas das «performances» mínimas a efectuar pelos atletas seleccionaveis.

Assim em Esgrima, sport em que não é possível estabelecer tempos ou distancias mínimas, organisou a Federação Portuguesa de Esgrima provas de selecção a fim de se conseguir uma equipe de espada e representação individual em florete.

A equipe de espada ficou assim constituída: Frederico Paredes, Mario Noronha (captain), Henrique Silveira, Antonio Mascarenhas, Antonio Oliveas, Paulo Eça Leal, Ruy Mayer e Jorge Paiva.

Os nossos representantes individuais em florete serão os srs. dr. Manuel Queiroz e Gil de Andrade.

Tambem a Federação Nacional de Tiro Portuguez fez as suas provas seleccionando a seguinte equipe:

Dr. Antonio da Silva Martins, Antonio Montez, tenente Anisio Soares, capitão Andrea Ferreira, tenente Silva Guerra, Dario Canas, major Francisco Real, Felix Bermudes e Francisco de Mendonça. O capitão da equipe é o major sr. Francisco Antonio Real.

A Federação de Sports Athleticos enviou a sua tabela de minimos que foi aprovada pelo C. O. P.

Entre outros o tempo minimo a fazer pelo atleta para nos representar nos 100 metros é de 11" tempo este que foi cronometrado ao «sprinter» Gentil dos Santos, do Club Internacional de Foot-Ball, nos ultimos campeonatos regionais do Sul.

E' portanto certa a nossa representação em corridas de velocidade pura.

As provas de selecção da Federação Portuguesa de Pesos e Alteres não devem tardar apontando nós como provaveis representantes do

paiz nesta especialidade Antonio Pereira, levissimo, do Ateneu Commercial de Lisboa e Alvaro Costa, leve, do Ginasio Club Portuguez.

Tambem está assegurada a nossa representação em «Lawa-Tennis» e talvez, depois das provas de Nataçã e Remo, que se estão efectuando, se apurem representantes nestes belos sports.

Fazemos por consequencia votos para que os máximos pedidos sejam alcançados pelos concorrentes para que a nataçã e o remo tenham o seu



1.º grupo do Sporting Club de Benguela
Vencedor da Taça Confraternisação e campeão de Loanda de 1922

1.º plano: Da esquerda para a direita—Ferreira, Mendonça e Corrêia.
2.º plano: Salinas de Moura, Machado, Oliveira. 3.º plano: Esteves, Gouveia, Carvalho, Pimenta e P. Ferreira

ustificado prémio da esforço que teem produzido.

A final do campeonato de Portugal de foot-ball

Realizou-se no domingo, 8, a final do campeonato de Portugal de Foot-Ball entre o Sporting Club Olhanense e o Foot-Ball Club do Porto, no Campo Grande, tendo vencido o primeiro por 4 a 2. No proximo numero daremos as nossas impressões sobre o que foi o campeonato deste ano.

Festa Nacional de Educação Física

No Stadium e com a assistencia de Sua Excelencia o Chefe do Estado, membros do Governo, Corpo Diplomatico, etc., realisou-se no dia 9 a parada de ginastica, que constituiu o fecho da «Festa Nacional de Educação Física» instituida pelo Ministerio da Instrução.

A esta «Festa», resultante duma iniciativa de todo o ponto louvavel, nos referiremos, mais de espaço no proximo numero, encarando a sobretudo debaixo do ponto de vista pedagogico.

Noticias do estrangeiro

Atletismo

Records batidos

Riley de Chicago bateu em Ann Arbor (Michigan) o record do mundo dos 400 metros barreiras em 52 segundos e 1/10. O record antigo per-

tencia a Soomis com 54 segundos, que o estabeleceu em 1920 em Anvers.

Tambem o Americano Wilson da Universidade de Iowa bateu nesta cidade o record dos 200 metros em 21 segundos 1/10.

O record antigo pertencia a Charles Paddock desde 1921 com 21 segundos e 2/5.

No dia 25 de Maio o finlandez Willy Ritola correu os 10.000 metros na cidade de Helsingfors em 30 minutos 35 segundos 4/5 batendo assim o record do mundo estabelecido em 1921 pelo seu compatriota Paaro Nurmi com 30 minutos 40 segundos e 1/5.

Will Ritola que vivia na America chegou ha pouco á Finlandia a fim de terminar o seu treino para os Jogos Olimpicos.

FOTO-SPORT

O MELHOR PERIÓDICO
DESPORTIVO; O MAIS
COMPLETO E ARTIS-
TICA REPRODUÇÃO
FOTOGRAFICA

No próximo número publicaremos uma carta dum nosso correspondente na America, sobre o combate Cantier-Gibbons.

NOTICIARIO

Campos de Portugal

E' o nome de uma publicação trimesal de que é proprietario e Director o illustre engenheiro-agronomo, Dr. Egydio Inso.

Como programa, propõem-se os «Campos de Portugal»: «*Dar á lavoura portugyza, a quem e d'almor, a consciencia do que val como primeiro factor no levantamento de Portugal*». «*Estudar todas as questões que se prendem com o seu desenvolvimento e progresso*». «*Agitar a opinião da gente dos campos no se tido duma maior productividade e duma maior beleza*».

E' uma grande missão, a que o novo periódico a si proprio impõe; grande e difficil, mas bem entregue ella fica nas mãos de Egydio Inso, a cujas faculdades de trabalho e dotes de intelligencia, aqui prestamos homenagem, e nas do seu principal colaborador, o Dr. Alvaro de Noronha e Castro, a cargo de quem fica a secção colonial, em que poderá confirmar a sua competencia, já demonstrada em trabalhos de grande valor.

Aos «Campos de Portugal» desejamos uma longa vida e a mais completa realisação do seu programa, e como manifestação do apoio que todos lhes devemos, oferecemos a nossa inalteravel solidariedade.

Varias

✦ Vae ser contratado como engenheiro director das Obras Publicas de Timor o sr. Duarte de Figueiredo do Nascimento Veiga, devendo para ali seguir no proximo mez.

✦ Os efeitos do diploma legislativo Colonial n.º 10, de 2 de Ab il ultimo, para o regresso dos funcionarios do quadro de fiscalisação de contas á categoria anterior, quando requeiram, só poderão realisar-se após a recepção no Ministerio das Colónias das propostas dos Governos locais, fixando o respectivo quadro privativo de fiscalisação de contas.

✦ Foi nomeado o bacharel Luciano Lobo para o logar de conservador do registo predial de Moçambique.

✦ No concurso aberto no Ministerio das Colónias para Director da Agrimensura em Lourenço Marques foi classificado em primeiro logar o capitão-tenente de marinha, Cezar Augusto d'Oliveira Moura Braz.

✦ No concurso para sub-director dos mesmos serviços nenhum dos concorrentes foi classificado, motivo porque vai ser aberto novo concurso.

✦ O Governador de Macau deve estar na metrópole no fim de Julho, sendo substituido pelo governador interino coronel Joaquim Augusto dos Santos.

✦ Requeceu a sua aposentação o secretario provincial de Angola, Ernesto Espregueira Goes Pinto.

✦ O Conselho Disciplinar do Ministerio das Colónias mandado ouvir sobre a sindicancia movida em Moçambique ao Intendente do Ibo, Ray Leitão, foi de parecer que se lhe devia levantar a suspensão visto não haver motivo para a adopção de qualquer procedimento disciplinar, parecer com o qual o respectivo Ministro concordou.

«D'Aquem e d'Alem-Mar»

Recebemos o primeiro numero desta revista que, sob a direcção do Sr. Adelino Figueiredo Lima, apparece com a patriótica intenção de chamar as atenções para o estudo das questões que directa ou indirectamente se prendem com as colonias.

Agradecendo a deferencia do ofrecimento, desejamos á «D'Aquem e d'Alem-Mar» vida próspera e ofere-mos-lhe uma camaradagem que não será bem de officiais do mesmo officio para ser o que deve haver entre quem, na missão que se propõe, «*lê pela mesma carti-hav*».

Banco Nacional Ultramarino

Sociedade Anonima de Responsabilidade Limitada

BANCO EMISSOR DAS COLONIAS

Séde — LISBOA — Rua do Comercio
Agencia — LISBOA — Cais do Sodré

Capital social: Esc. 48.000:000\$00 Capital realizado: Esc. 24.000:000\$00
Reservas: Esc. 34.000:000\$00

FILIAIS NO CONTINENTE — Aveiro, Barcelos, Beja, Braga, Bragança, Castelo Branco, Chaves, Coimbra, Covilhã, Elvas, Evora, Extremoz, Faro, Figueira da Foz, Guarda, Guimarães, Lamego, Leiria, Olhão, Ovar, Penafiel, Portalegre, Portimão, Porto, Regua, Santarem, Setubal, Silves, Torres Vedras, Viana do Castelo, Vila Real de Traz-os-Montes, Vizeu

FILIAIS NAS ILHAS — Funchal (Madeira), Angra do Heroismo e Ponta Delgada (Açores)

FILIAIS NAS COLONIAS — AFRICA OCIDENTAL — S. Vicente de Cabo Verde, S. Tiago de Cab. Verde, Bissau, Bolama, Kinshasa (Congo Belga), S. Tomé Príncipe, Cabinda, Loanda, Malange, Novo Redondo, Lobito, Benguela, Vila Silva Porto, Mossamedes, Lubango

AFRICA ORIENTAL — Beira, L. Marques, Inhambane, Chinde, Tete, Quelimane, Moçambique e Ibo

INDIA — Nova Gôa, Mormugão e Bombaim (India inglesa) CHINA — Macau TIMOR — Dilly

FILIAIS NO BRASIL — Rio de Janeiro, S. Paulo, Pernambuco, Pará e Manaus

FILIAIS NA EUROPA — Londres, 9 Bishopsgate E.—Paris, 8, rue du Helder

AGENCIA NOS ESTADOS UNIDOS — New-York, 93, Liberty Street

Operações bancarias de toda a especie no continente, ilhas adjacentes, Colónias, Brasil e restantes países estrangeiros